



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE
CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE

AMANDA LAURENTINO BARBOSA SANTANA

NEOLIBERALISMO E PANDEMIA DO COVID-19: A REALIDADE
LABORAL DA JUVENTUDE TRABALHADORA

CAMPINA GRANDE-PB

2023

AMANDA LAURENTINO BARBOSA SANTANA

**NEOLIBERALISMO E PANDEMIA DO COVID-19: A REALIDADE
LABORAL DA JUVENTUDE TRABALHADORA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Psicologia da Saúde.

Área de concentração: Trabalho e subjetividade

Orientadora: Prof^ª Dr.^a. Manuella Castelo Branco Pessoa

CAMPINA GRANDE- PB

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S231n Santana, Amanda Laurentino Barbosa.
Neoliberalismo e pandemia do Covid-19 [manuscrito] : a realidade laboral da juventude trabalhadora / Amanda Laurentino Barbosa Santana. - 2023.
77 p. : il. colorido.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Manuella Castelo Branco Pessoa, Coordenação do Curso de Psicologia - CCBS. "

1. Trabalho precarizado. 2. Neoliberalismo. 3. Mercado de trabalho. 4. Jovens. I. Título

21. ed. CDD 331.215 3

AMANDA LAURENTINO BARBOSA

**NEOLIBERALISMO E PANDEMIA DO COVID-19: A REALIDADE LABORAL
DA JUVENTUDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Psicologia da Saúde.

Área de concentração: Trabalho e subjetividade.

Aprovada em: 29/09/2023.

BANCA EXAMINADORA

Manuella Castelo Branco Pessoa

Profa. Dra. Manuella Castelo Branco Pessoa (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Thaís Augusta C. de Oliveira Máximo

Profa. Dra. Thaís Augusta de Oliveira Máximo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Maria de Fátima Pereira Alberto

Profa. Dra. Maria de Fátima Pereira Alberto
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

AGRADECIMENTOS

"O Senhor é a minha força e o meu escudo; nele o meu coração confia, e dele recebo ajuda. Meu coração exulta de alegria, e com o meu cântico lhe darei graças" (Salmos 28:7).

Agradeço a Deus, primeiramente.

A minha orientadora, professora Dra. Manuella Castelo Branco Pessoa. Por toda a parceria, paciência e dedicação. Obrigada pela parceria ao longo dessa jornada, sem você, nada disso teria sido possível. Obrigada por ter acreditado em mim e, principalmente, por ter me ensinado mais sobre a psicologia e ajudado a me tornar uma profissional mais sensível.

Agradeço a minha mãe, Lígia, que sempre esteve ao meu lado, sonhou junto comigo e torceu por mim até quando nem eu acreditava ser possível. Obrigada pelas muitas vezes, em que você se sacrificou para que eu pudesse alcançar meus sonhos. Obrigada por compartilhar os momentos de angústia e de felicidade.

Agradeço ao meu marido Rivaldo, por ter me acompanhado ao longo desse processo, por compartilhar os momentos de angústia e felicidade. Obrigada pela torcida para meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço as minhas amigas de trabalho, em especial as minhas gestoras Luciana e Anamaria por colaborar para que esse sonho se torne realidade. Obrigada por compreenderem as dificuldades em conciliar pós-graduação e trabalho. Obrigada a Fernanda por compartilhar das minhas angústias e me ajudar a superá-las.

Agradeço a minha amiga de graduação Kamila, por todos esses anos de amizade, por compartilhar minhas angústias durante esta jornada, por acreditar em mim e me ajudado a superar todas as barreiras.

Agradeço aos meus colegas do mestrado Eduardo, Erick, Malisson, Matheus, Lígia, Melyssa e Mayara pelas colaborações durante esse processo.

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo geral analisar as trajetórias de trabalho acessadas por uma juventude trabalhadora que vivenciou os impactos da pandemia do Covid-19, considerando os aprofundamentos das desigualdades a partir das relações de classe, gênero e raça. Este estudo foi dividido em três artigos: A juventude trabalhadora e os desafios impostos pela situação de Covid-19; “Meu histórico da vida profissional é um desastre”: histórias de vida da juventude trabalhadora e Jovens trabalhadoras de um shopping popular: condições de vida marcadas por gênero, raça e classe. A pesquisa foi realizada em um Shopping Popular de Campina Grande e teve a participação de 5 jovens trabalhadoras e 1 jovem trabalhador. Todos ingressaram no mercado de trabalho ainda na adolescência, sendo a maioria isenta de direitos e, diante da dicotomia trabalhar para sobreviver ou estudar, precisaram escolher trabalhar. Concluimos que as oportunidades apresentadas para os jovens, filhos da classe trabalhadora, são marcadas por desigualdades atravessadas pelos fatores gênero, raça e classe. Esperamos que esse trabalho colabore para o desenvolvimento de novas oportunidades para esses jovens.

Palavras-chave: juventude; trabalho precarizado; pandemia do covid-19; neoliberalismo.

RESUMEN

Esta disertación tuvo como objetivo general analizar las trayectorias laborales a las que accedieron los jóvenes trabajadores que vivieron los impactos de la pandemia Covid-19, considerando la profundización de las desigualdades basadas en relaciones de clase, género y raza. Este estudio se dividió en tres artículos: La juventud trabajadora y los desafíos que plantea la situación del Covid-19; “Mi historia de vida profesional es un desastre”: historias de vida de jóvenes trabajadores y Jóvenes trabajadores en un centro comercial popular: condiciones de vida marcadas por género, raza y clase. La investigación se realizó en un Shopping Popular de Campina Grande y contó con la participación de 5 jóvenes trabajadores y 1 joven trabajador. Todos ingresaron al mercado laboral siendo adolescentes, la mayoría de los cuales estaban exentos de derechos y, ante la dicotomía entre trabajar para sobrevivir o estudiar, tuvieron que elegir trabajar. Se utilizó como base teórica la Psicología Histórico-Cultural y la División Sexual del Trabajo. Concluimos que las oportunidades que se presentan a los jóvenes, hijos de la clase trabajadora, están marcadas por desigualdades atravesadas por factores de género, raza y clase. Esperamos que este trabajo contribuya al desarrollo de nuevas oportunidades para estos jóvenes.

Palabras clave: juventud; trabajo precario; pandemia do covid-19; neoliberalismo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 ARTIGO 1 - A JUVENTUDE TRABALHADORA E OS DESAFIOS IMPOSTOS PELA SITUAÇÃO DE COVID-19	14
3 ARTIGO 2 - “MEU HISTÓRICO DA VIDA PROFISSIONAL É UM DESASTRE”: HISTÓRIAS DE VIDA DA JUVENTUDE TRABALHADORA	36
4 ARTIGO 3 - JOVENS TRABALHADORAS DE UM SHOPPING POPULAR: CONDIÇÕES DE VIDA MARCADAS POR GÊNERO, RAÇA E CLASSE	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	69

1 INTRODUÇÃO

Os que mais encontram dificuldade para ingressar no mercado de trabalho são, os jovens, as mulheres e negros e negras. No primeiro trimestre do ano de 2023, a taxa de desemprego foi equivalente 8,8% de desocupados ou 9,4 milhões de brasileiros em idade de trabalhar que não está inserido no mercado de trabalho. Entre as mulheres a taxa de desemprego é de 10,8%. Já com relação aos jovens entre 18 e 24 anos, são 1,692 milhão de desempregados, o equivalente a 18% de jovens (IBGE, 2023).

Se formos analisar estes dados baseados na cor ou raça, a taxa de desocupação fecha em 11,3% entre os que se autodeclaravam pretos, 10,1% entre os pardos e 6,8% entre os brancos. Na relação com a escolaridade, a taxa é maior para aqueles que possuem o ensino médio incompleto, fechando em 15, 2% de desocupados. A menor taxa é encontrada nas pessoas com ensino superior completo, 4,5% (IBGE, 2023). As estatísticas demonstram que quando se é mulher, jovem e negro/negra as oportunidades são diferentes, e os direitos são negligenciados com mais facilidade. Se pensarmos no contexto da pandemia do Covid-19, conseguimos observar o aprofundamento dessas estatísticas.

A taxa de desocupação em 2020 foi recorde em 20 estados e a maior da série histórica da Pnad Contínua, iniciada em 2012. Pela primeira vez, menos da metade da população, em idade para trabalhar, estava ocupada no país. O nível de ocupação foi de 49,9% . O percentual de desocupação marcou 11,9% entre os homens e 16,4% entre as mulheres. Já entre as pessoas pretas, a taxa foi de 17,2%, enquanto a dos pardos foi de 15,8%, ambas acima da média nacional (13,9%). A taxa entre brancos (11,5%) ficou abaixo da média. Os jovens foram os mais afetados pelo desemprego entre os grupos etários, sendo 29,8% dos jovens entre 18 e 24 anos de idade, desocupados (IBGE, 2021).

A atual Política Nacional de Juventude (PNJ) considera como jovem todo cidadão ou cidadã que esteja entre os 15 e os 29 anos, sendo dividida em três grupos: os de 15 aos 17 anos, denominados como jovens-adolescentes; os de 18 aos 24 anos, denominados como jovens-jovens; e os da faixa etária dos 25 aos 29 anos, como jovens-adultos (Silva & Silva, 2011). Contudo, estudar e compreender a juventude apenas segundo o signo etário não é suficiente, carecendo de teorias que analisem a situação juvenil a partir do contexto e construção como ser social.

Para compreender a atitude do jovem perante o mundo, se faz pertinente observar sua relação com o trabalho, identificar a posição que o jovem ocupa nos meios de produção e como essa atividade o guia no seu desenvolvimento. Sendo assim, pensar a

juventude, segundo psicologia histórico-cultural, demanda compreender a dinâmica de atividades as quais o jovem está inserido a fim de entender como estas atividades colaboram para o seu desenvolvimento enquanto pessoa (Abrantes & Bulhões, 2017).

A juventude brasileira é constituída por uma considerável parcela que tem o trabalho como elemento atravessador, e a forma como este se apresenta vai se delineando a partir da localização dessa juventude na classe trabalhadora. Como afirmam Leal e Mascagna (2017), para compreender o processo de inserção do jovem no mercado de trabalho, se faz necessário observar as diferentes situações sociais de desenvolvimento em distintas esferas da vida.

A questão juvenil não é algo recente em nosso país, a literatura nos revela que na década de 1980 no Brasil já se registravam constantes taxas de crescimento negativo, reformas na economia, o modelo neoliberal ganhando força, sendo caracterizado pela flexibilização da força de trabalho e dos contratos de trabalho e enfraquecimento dos sindicatos (Navarro, Maciel & Matos, 2017).

Segundo a teoria marxista, o neoliberalismo surge na crise estrutural da década de 70 e é caracterizado por uma nova ordem social, onde afirma o livre mercado como garantidor da liberdade individual de empreender e tira do Estado a intervenção sobre a economia. Ou seja, o neoliberalismo é um projeto político que visa reestabelecer a acumulação do capital, tirando a intervenção do Estado e aumentando a precarização dos postos de trabalho (Andrade, 2019).

Nesse movimento, crescem as taxas de desemprego e diminuem os direitos trabalhistas até então conquistados. Cresce também o trabalho na informalidade, numa tentativa de sobrevivência, os trabalhadores se submetem a relações de trabalho precarizadas, isenta de direitos. Mais recente também se vivencia a realidade do trabalho uberizado caracterizado, segundo Antunes (2020c) por um trabalho vinculado a um aplicativo, onde o trabalhador se coloca à disposição da empresa, sem usufruir de direitos trabalhistas, nem vínculo empregatício e arca com os custos e despesas do seu objeto de trabalho.

Em 2017, o neoliberalismo avança quando o governo Temer, foi sancionada a Lei 13.467 e a Lei 13.429 que promoveram a Reforma Trabalhista e a Terceirização para todas as atividades. A aprovação dessas leis representou a mais profunda alteração do arcabouço legal das Leis Trabalhistas desde a promulgação da CLT em 1º de maio de 1946. A ideia vendida seria que através da reforma trabalhista, abriria o mercado de trabalho e controlaria a inflação, fato que não aconteceu (Casulo & Alves, 2018).

O objetivo do governo Temer com a Reforma trabalhista foi garantir aos mais abastados a alta remuneração e a forma escolhida foi retirando da população trabalhadora o que ainda existia de direitos trabalhistas, através da expansão dos trabalhos intermitentes, maior possibilidade de terceirização de todos os setores e flexibilização das relações de trabalho. Seguindo o caminho de avanço da política neoliberal, nas eleições de 2018, é eleito o ex-presidente Jair Bolsonaro que apresentou ao longo do seu (des)governo uma postura de extrema direita com discurso de ódio aos comunistas, horror aos pobres e negros, apologia a misoginia e feminicídio e defendendo o extermínio dos LGBTQIAP+ e das comunidades indígenas (Antunes, 2020b).

Para a juventude esse cenário se apresentou como desolador, e se agravou ainda mais, pois se trata de um grupo que está tentando se inserir no mercado de trabalho. Os jovens, em sua maioria, vivem a dicotomia entre trabalhar ou estudar, muitos não conseguiram finalizar sua vida acadêmica e precisam se inserir no mercado de trabalho para auxiliarem na renda familiar e acabam encontrando esse mercado de trabalho que não oferece estabilidade, é extremamente competitivo e precarizado, podendo gerar sentimentos de angústia, tensão e incertezas com relação ao futuro (Pedroso & Gisi, 2020; Antunes, 2020d).

Somado a isso, observamos o desinvestimento do Estado as políticas públicas que se voltem para essa questão. Apesar do Estatuto da Juventude (Brasil, 2013) apresentar como garantia o direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, não é a realidade. Algumas políticas surgiram com o objetivo de minimizar as desigualdades no ingresso dos jovens, como o Projovem. Porém, essa política não conseguiu ser efetiva e com a troca de gestão foi esquecida.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2009), o mercado de trabalho se apresenta para os jovens brasileiros de forma bastante desigual, os seus determinantes sociais e econômicos geram desigualdades. O acesso dos jovens a educação também apresenta desigualdades expressivas, mostrando diferenças baseadas na faixa de renda, raça, região, entre outros. Essas diferenças se tornaram bem mais expressivas com a pandemia do Covid-19 quando as escolas foram fechadas, porém, as escolas particulares continuaram com suas atividades remotamente, medida que foi tomada pela escola pública algum tempo depois, de forma precária, visto que os que possuem menos acesso a bens de consumo, muitas vezes, não têm acesso à internet de qualidade ou equipamentos para acessarem as aulas acabaram não conseguindo

acompanhar as atividades escolares (Pedroso & Gisi, 2020; Silva; Morais & Santos, 2020; Marques, Assis & Gomide, 2020).

Somado a crise econômica e política já vivenciadas pela população brasileira, tivemos então a crise sanitária, gerando na população sentimento de insegurança social e trabalhista, concomitante ao aumento do desemprego, da informalidade e da falta de proteção social nas relações de trabalho (Lima & Abreu, 2020). As atividades consideradas não essenciais, como o comércio e a indústria, precisaram fechar as portas e como consequência o Produto Interno Bruto (PIB) despencou consideravelmente. Um auxílio emergencial foi conquistado a duras penas no congresso, contudo muitas famílias não conseguiram acessar essa fonte de renda. O número do desemprego aumentou, como também o da informalidade, pois os trabalhadores iniciaram suas buscas por qualquer atividade, mesmo que informal, para conseguir sobreviver (Silva; Galetto & Batista, 2020).

Segundo David Harvey, a pandemia do Covid-19 se apresentou com todas as características de uma pandemia de classe, gênero e raça, onde a classe trabalhadora precisa escolher entre: se contaminar por cuidar dos doentes (profissionais da saúde, cuidadores etc.) e manter meios de sobreviver (entregadores, motoristas de aplicativo, entre outros) ou o desemprego, a fome e a falta de assistência médica. Essas diferenças também se apresentam quando falamos sobre o contexto educacional, pois as crianças empobrecidas, pois se vão à escola podem se contaminar e transmitir a doença aos familiares e se não vão, não têm como se alimentar (Antunes, 2020a).

Tais elementos afetam a juventude de forma peculiar, pois como já anunciava a OIT (2020), a juventude é o grupo mais afetado social e economicamente, tendo atrasos tanto no âmbito educacional, quanto no âmbito profissional, visto que houve interrupção dos programas educacionais, aumento de demissões, fechamento de vários postos de trabalho, perda de renda e dificuldade em inserção no mercado de trabalho.

Se observarmos a partir da perspectiva de gênero, podemos notar várias discrepâncias entre as classes, pois, a mulher das classes mais abastadas conseguiu, em sua maioria, se resguardar em casa. Por outro lado, a mulher da classe trabalhadora menos favorecida, precisou sair para garantir o sustento de sua família. Um fato que chocou o país e que retrata bem essa relação aconteceu no dia 02 de junho de 2020. Uma empregada doméstica saiu para trabalhar e precisou levar o filho, devido ao fechamento das escolas ocasionado pela pandemia. Mirtes (a empregada) deixou o filho com a patroa enquanto foi passear com o cachorro da família e quando voltou, encontrou o filho morto, caído do

9º andar. A patroa permitiu que a criança circulasse pelo prédio sem supervisão, enquanto ela estava com a manicure (G1, 2020).

Mirtes, uma mulher negra, menos favorecida economicamente, doméstica, é uma das milhares de brasileiras que precisou sair de casa e se expor aos riscos de contaminação da pandemia para sobreviver e que precisa conciliar o trabalho produtivo e reprodutivo. Ela e outras milhares de mulheres não possuem rede de apoio e precisam se desdobrar para suprir todas as demandas sociais, econômicas, trabalhistas e familiares. Muitas recorrem a políticas públicas, como as creches e escolas em tempo integral para conseguirem trabalhar. No entanto, esse é mais um caso que nos faz refletir sobre as desigualdades de gênero, raça e classe.

Ainda somos levados a questionar sobre a situação social e econômica nas quais se encontram os/as jovens brasileiros/as, como também qual a juventude mais afetada com a falta de políticas públicas que forneçam subsídio para o ingresso no mercado de trabalho e como a pandemia transformou a vida desse grupo nos contextos do mercado de trabalho e conseqüentemente, no contexto social e na sua história de vida. O que se tem são formas de emprego de caráter flexível e o declínio das ofertas de empregos permanentes. A flexibilização apresenta para o trabalhador a ideia de que o trabalhador pode ser facilmente substituído e condena este a ser o único responsável pela sua empregabilidade, assumindo a responsabilidade por estar sempre buscando se qualificar com o objetivo de se manter no emprego, mesmo em condições de trabalho adversas (Araújo & Moraes, 2017).

Percebendo que, com a atual conjuntura, o cenário que o jovem se depara é com uma política neoliberal e com uma combinação entre taylorismo e Toyotismo, o que significa a sua não integração ao mundo do trabalho totalmente, graças a sua inserção em trabalhos precarizados, marcados pela instabilidade e dependência. O jovem pertencente a classe trabalhadora em sua parcela menos favorecida, encontra-se desprovido dos direitos básicos e privado de fatores que podem colaborar para o seu desenvolvimento, fazendo com que seja levantado questões acerca os projetos de vida através de temas como a formação profissional e a busca da autonomia (Abrantes & Bulhões, 2017).

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho, geraram um exército de trabalhadores adoecidos físico e mentalmente. Isso se dá devido a forma de gestão adotada, onde visa controlar a subjetividade do trabalhador gerando no mesmo uma necessidade de altos índices de produtividade, produzidos pelo ambiente hostil, pela

concorrência intensa, extensa carga horária e pela instabilidade desse mercado de trabalho (Antunes, 2020b).

Pensando nessa lógica, e entendendo que o processo saúde e doença é um processo que tem caráter biopsíquico e social e sabendo que o trabalho é uma experiência do social, devido ao fato de ser realizado em condições definidas histórico-socialmente e ao mesmo tempo o trabalho é biopsíquico, pois implica atividade psíquica, neuromuscular e metabólica, depreende-se que as relações de trabalho alienado, pode gerar um processo de desgaste, causando sofrimento e adoecimento físico e/ou psíquico (Malaguty, 2013).

Mészáros relata que o metabolismo social do capital destrói o trabalho, a natureza e a humanidade e só se pode transformar essa realidade através das lutas da classe trabalhadora, dos movimentos sociais promovidos por jovens, negros, entre outros contra as múltiplas formas da dominação e exploração do capital (Antunes, 2020a). Para Abrantes e Bulhões (2017), inspirados em Lênin (1980), a tarefa do jovem é aprender a ser contrário ao estudo do simples útil, capaz de gerar lucro. Aprender a ser contrário à ideia de não perturbar a ociosidade daqueles que normatizam a vida na sociedade de classes. Aprender para realizar no mundo uma práxis consciente e transformadora.

Diante disso, do lugar social e teórico do campo de estudo, demarco ainda que o interesse em estudar a juventude trabalhadora para esta pesquisadora se dá também pelo fato de ser jovem trabalhadora e, muitas vezes, me deparar com relações de trabalho precárias e experienciar uma juventude mais empobrecida ser impactada pelas relações de trabalho fragilizadas, sem direitos e/ou garantias. Dessa forma, é de suma importância entender o contexto no qual o jovem está inserido, compreender sua luta por direitos, como também a forma que ele percebe as mudanças ocorridas nos contextos políticos e sociais e analisar as desigualdades e resistências vivenciadas pela juventude para se pensar em estratégias de enfrentamento a racionalidade neoliberal e neoconservadora (Scherer, 2020).

Levando em conta todas essas questões elencadas, esta dissertação teve como objetivo geral analisar as trajetórias de trabalho acessadas por uma juventude trabalhadora que vivenciou os impactos da pandemia do Covid-19, considerando os aprofundamentos das desigualdades a partir das relações de classe, gênero e raça. Nesse sentido, esta dissertação está organizada em três artigos: (1) *A juventude trabalhadora e os desafios impostos pela situação de Covid-19*, que teve como objetivo realizar uma revisão integrativa que possibilitou analisar o que vem sendo produzido em relação a inserção precarizada do jovem no mercado de trabalho.

O artigo 2, intitulado: “*Meu histórico da vida profissional é um desastre*”: *histórias de vida da juventude trabalhadora*, cujo objetivo foi analisar as trajetórias trabalho de jovens trabalhadores/as de um shopping popular, evidenciando seus agravos após o início da pandemia do Covid-19. E o artigo 3 que teve como título *Jovens trabalhadoras de um shopping popular: condições de vida marcadas por gênero, raça e classe*, tendo como objetivo analisar as inserções de jovens trabalhadoras nos mundos do trabalho, considerando os âmbitos produtivo e reprodutivo.

Por último, são empreendidas considerações finais gerais em relação ao que foi produzido nesta dissertação. Espera-se que este estudo conhecimento da comunidade científica e da população geral acerca das trajetórias trabalhistas dos jovens, bem como as dificuldades encontradas por eles e que possa servir de base para a criação de políticas que objetivem minimizar as desigualdades vivenciadas pela juventude trabalhadora.

2 ARTIGO 1 - A JUVENTUDE TRABALHADORA E OS DESAFIOS IMPOSTOS PELA SITUAÇÃO DE COVID-19

Resumo

Este artigo teve como objetivo realizar uma revisão integrativa sobre o que vem sendo produzido em relação a inserção precarizada do jovem no mercado de trabalho. Foi realizada uma pesquisa nas bases de dados: Scielo, periódicos capes e google acadêmico, foram utilizados os descritores: *jovens and trabalho precarizado and pandemia*. Os pontos mais abordados nos artigos são a precarização do trabalho e a informalidade, a pandemia como fator intensificadora desse processo, a conquista e perda de direitos trabalhistas, os jovens como um grupo vulnerável e conseqüentemente um grupo que sofre com o avanço da precarização e a falta de políticas públicas para conter esse processo de precarização do trabalho.

Palavras-chave: juventude e trabalho, pandemia, precarização

Introdução

Este artigo teve como objetivo realizar uma revisão integrativa sobre o que vem sendo produzido em relação a inserção precarizada do jovem no mercado de trabalho. O mercado de trabalho brasileiro vem passando por diversas mudanças ao longo do tempo, entre elas: conquista e perda de direitos, reestruturação produtiva, extinção de algumas profissões e criação de outras, alterações nas relações empregador e empregado, entre outros.

Diante da crise estrutural do capital, na década de 70, se fez necessário um processo de reorganização produtiva. No contexto brasileiro, esta reestruturação produtiva ganha espaço a partir da década de 90, através do modelo econômico neoliberal, mantido pelo governo, trazendo como principal característica a flexibilização das relações de trabalho (Silva, et al, 2023).

Precarização dos postos de trabalho, jornadas de trabalho mais longas, remunerações mais baixas, perda de direitos trabalhistas, dissolução dos sindicatos, insegurança, privatizações, desregulamentação, trabalhos temporários, terceirização falta de garantia de direitos e flexibilidade das relações de trabalho são a nova realidade do mercado. A uberização nasce nesse cenário de precarização e se torna uma nova modalidade de precarização do trabalho (Silva, 2022; Silva et al, 2023).

A uberização se sustenta no discurso de empreendedorismo, chefes de si mesmo e isenção das relações de subordinação presentes nos trabalhos formais. Através disso, os trabalhadores assumem toda a responsabilidade sobre o trabalho, como todos os custos e riscos para executar o trabalho, como também a concorrência e competitividade (Silva, 2022). A pandemia do Covid-19 foi um fenômeno que colaborou para mais mudanças nos contextos econômicos e sociais.

Em março de 2020, o mundo foi impactado com a notícia que estávamos vivenciando uma pandemia, não havia nenhum conhecimento sobre o que seria o coronavírus, a única coisa sabida era o qual letal era o vírus. Ainda não se tinha a menor ideia das mudanças que aconteceriam no Brasil e no mundo. Apesar de todos serem afetados, o Covid-19 tinha classe e raça bem definidos. Os que mais sofreram os impactos sociais, econômicos, educacionais e profissionais foram as camadas mais empobrecidas da população, especialmente os jovens, mulheres e negros.

A juventude trabalhadora, tanto os que se encontravam num momento de inserção no mercado de trabalho, quanto os que já estavam inseridos e os que estavam concluindo os estudos, observaram as portas das escolas e universidades e de muitas empresas fecharem. Ao mesmo tempo que esse processo acontecia, precisaram escolher entre ficar em casa e não ter como garantir cuidados adequados contra o vírus e não ter como sobreviver, ou se expor ao perigo do contágio e buscar a sobrevivência.

Pensando em como os jovens se encontraram nesse processo surge o seguinte questionamento: como a juventude trabalhadora se encontrou frente a pandemia do Covid-19 no contexto do trabalho? Assim, este estudo buscou o que foi produzido na literatura acerca as trajetórias de trabalho da juventude diante da pandemia, como uma forma de compreender essa vivência e a partir daí pensar as mudanças ocorridas.

Metodologia

Foi realizada uma pesquisa nas bases de dados: Scielo, periódicos capes e google acadêmico, foram utilizados os descritores: *jovens and trabalho precarizado and pandemia*. Na plataforma Scielo foram localizados quatrocentos e setenta e três (473) trabalhos, já na plataforma periódicos capes foram localizados onze (11) trabalhos e na plataforma google acadêmico foram localizados quatorze mil e cem (14.100) trabalhos.

Figura 1



Foi utilizado como critério de exclusão os trabalhos que não abordavam as temáticas trabalho precarizado, pandemia do Covid-19, juventude; os que não apresentavam a realidade do Brasil; os repetidos; bem como os que não estavam em língua portuguesa e as dissertações, dossiês e teses. Após a filtragem, foram selecionados na plataforma da Scielo dez trabalhos, da plataforma periódicos capes foram selecionados três trabalhos e na plataforma google acadêmico vinte e cinco trabalhos.

Além do conteúdo relacionado ao tema, foi possível identificar através dos artigos selecionados, as instituições onde essas pesquisas estão sendo produzidas (em sua maioria instituições federais), quais as palavras-chaves mais utilizadas, as trajetórias dos direitos trabalhistas, as marcas da informalidade e precarização do trabalho, bem como os efeitos do contexto pandêmico. As primeiras informações detalhadas podem ser visualizadas na tabela 1 que segue, as demais serão discutidas ao longo do texto.

Tabela 1. Textos selecionados

Título	Autores	Instituições	Palavras-chave
Estudar e trabalhar: Um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis.	Abramo, Venturi & Corrochano.	Universidade de São Paulo e Universidade Federal de São Carlos.	Jovens; educação; trabalho; transição escola-trabalho; políticas públicas.
A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão.	Corseuil, Franca & Poloponsky.	IPEA, Universidade Federal Fluminense e Fundação Roberto Marinho.	Jovens; desemprego; recessão.
Trajetórias e transições entre jovens brasileiros: pode a expansão eludir as desigualdades?	Guimarães, Brito & Comin.	Universidade de São Paulo.	Jovens; Brasil; mercado de trabalho; trajetórias; desigualdades.
Projovem urbano: a precarização mascarada sob o signo da formação inicial para o trabalho simples.	Gaspar.	Universidade de São Paulo.	Educação de jovens e adultos; Projovem Urbano; qualificação profissional; formação

			inicial; política educacional.
O trabalho de jovens entregadores por aplicativos em tempos de pandemia.	Feffermann, Luz & Ferreira	Instituto de Saúde da SES/SP e da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso - Brasil) e Universidade Federal do Piauí.	Juventudes; trabalho precário; pandemia; condição juvenil.
Precarização do trabalho e juventude: uma análise sobre a realidade laboral face à pandemia da COVID-19.	Mendes & Guimarães.	Universidade Federal do Piauí.	Precarização do trabalho; juventude; pandemia.
Dificuldades de jovens sem vínculo formal de emprego durante a pandemia da covid-19: limites do empreendedorismo em tempos de crise.	Lima & Abreu.	Universidade Federal do Rio de Janeiro.	Covid-19; juventude; trabalho.
Os desafios da juventude: distante da escola e enfrentando o Uberismo na cidade no contexto da pandemia do Covid-19.	Diniz.	Universidade Estadual de Minas Gerais.	Juventude; insucesso escolar; cidade; entregadores de aplicativos.
As juventudes brasileiras e o acesso ao trabalho: uma análise da precarização intensificada na pandemia da covid-19.	Carneiro, César & Scherer.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	Juventude; políticas públicas; precarização do trabalho; coronavírus.
“O que será, que será?” Precarização, uberização e o futuro do trabalho.	Dias.	Universidade Federal de Goiás.	Covid-19; precarização do trabalho; uberização.
Agravamento das desigualdades presentes nas relações entre juventude e mundo do trabalho durante a pandemia.	Albuquerque & Silva	Universidade Federal do Pará	Juventude; mundo do trabalho; pandemia; desigualdades; Covid-19.
As juventudes pós-pandemia: traçando rumos e estratégias para o protagonismo juvenil.	Nascimento & Paixão	Universidade Federal do Pará e Universidade Federal do Amapá	Juventude; novos rumos; protagonismo.
Se é essencial, por que é precário? Mobilizações, resistência e organização dos entregadores via aplicativos digitais durante a pandemia de covid-19.	Silva	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Entregadores; precarização; pandemia. Uberização; mobilizações sociais.
Uberização e pandemia: reflexos da covid-19 na precarização do trabalho em plataformas digitais.	Debastiani	Unochapecó	Covid-19; precarização; trabalho; uberização.
Organização política como resistência à	Lima, Lima &	Universidade Federal	Efeitos da pandemia;

precarização do trabalho na pandemia da covid-19.	Torres	do Piauí	precarização do trabalho; legalização da precariedade; uberização do trabalho; solidariedade de classe.
Os impactos psicossociais sofridos pelas trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia.	Ferreira & Rodrigues	Centro Universitário do Pará	Trabalho doméstico; pandemia; precarização do trabalho da mulher.
Novas ou velhas estratégias? O impacto da pandemia da covid-19 nas formas e relações de trabalho no contexto brasileiro.	Silva, Silva Júnior, & Marques	Universidade do Grande Rio.	Covid-19; flexibilização do trabalho; precarização do trabalho; reorganização do capital.
O celeiro da tragédia: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador diante a pandemia da covid-19.	Vieira	Universidade de Brasília	Desemprego; crise do capital; coronavírus; relações de trabalho.
O teletrabalho no contexto da pandemia da Covid-19: desafios para o trabalho.	Bezerra & Medeiros	Universidade Federal de Alagoas	Exploração do trabalho; teletrabalho; tecnologias digitais; covid-19.
Coronel vírus chegou. Notas etnográficas sobre a covid-19 entre vulnerabilizados da cidade do Rio de Janeiro.	Fernandes.	Universidade Estadual do Rio de Janeiro.	Memória da covid-19; política; racismo; subjetividade; vulnerabilidade.
Classe trabalhadora, precarização e resistência no Brasil da pandemia.	Santana.	Universidade Federal do Rio de Janeiro.	Trabalho; classe trabalhadora; precarização; sindicatos; movimentos sociais.
Precarização do trabalho: a nova cepa da logica capitalista autofágica.	Candido.	Universidade Federal da Paraíba.	Neoliberalismo; flexibilização; direitos humanos dos trabalhadores; empreendedores.; tripálio.
Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho.	Abílio.	Universidade Estadual de Campinas.	Uberização; empreendedorismo; juventude; bikeboys e motoboys; pandemia.
A (in)esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho.	Leite.	Universidade Federal de São Carlos.	Covid-19; trabalho; neoliberalismo; precariedade; democracia.

Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia.	Yazbek, Raichelis & Sant' Anna.	PUC e UNESP.	
Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil.	Tommasi & Corrochano.	Universidade Federal do ABC e Universidade Federal de São Carlos.	Juventude; trabalho; qualificação profissional; empreendedorismo.
Direito do trabalho na contramão: a precarização como regra.	Brito	Università degli Studi di Roma Tor Vergata	Direito do trabalho; precarização; covid-19.
A pandemia covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil.	Bridi.	Universidade Federal do Paraná.	Covid-19; mercado de trabalho; reforma laboral.
A espiral da destruição: legado neoliberal, pandemia e precarização do trabalho.	Praun.	Universidade Federal do Acre	Neoliberalismo; pandemia de covid-19; precarização do trabalho.
A crise sanitária e políticas neoliberais no mercado de trabalho: elementos de precarização dos jovens em tempo de pandemia no Brasil e na Espanha.	Santos & Braga.	Unisc (Universidade de Santa Cruz do Sul) e UFRG (Universidade Federal do Rio Grande).	Coronavírus; juventude; pandemia; precarização; trabalho.
Asfixia mecânica versus centralidade do trabalho: a pandemia que desmascara a retórica capitalista.	Santos & Abreu.	Universidade Federal da Grande Dourados	Capitalismo; pandemia; expropriação; trabalho.
Trabalho, reformas ultraliberais, desigualdades e pandemia no Brasil: os sentidos da crise.	Ghiraldelli.	Universidade de Brasília	Trabalho; proteção social; crise; pandemia; desigualdades.
Trabalho e renda no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil.	Araújo & Brandão.	Universidade Estadual de Montes Claros	Trabalho, renda, pandemia de covid-19, trabalho informal.
Precarização do trabalho e reorganização da mão de obra no contexto de pandemia.	Lourenço.	Universidade Federal de Juiz de Fora	Precarização; reorganização; pandemia.
Trabalhadores no contexto de pandemia: o que dizem as notícias?	Trindade.	Universidade Federal de Campina Grande	Trabalho, precarização, pandemia.
Os jovens brasileiros em tempos de covid-19.	Luz, <i>et al.</i>	Flacso, UFPI, UFRB	Juventude, educação, trabalho, futuro, covid-19.

Os pontos mais abordados nos artigos são a precarização do trabalho e a informalidade, a pandemia como fator intensificadora desse processo, a conquista e perda de direitos trabalhistas, os jovens como um grupo vulnerável e conseqüentemente um

grupo que sofre com o avanço da precarização e a falta de políticas públicas para conter esse processo de precarização do trabalho.

Resultados e discussão

Trajetória histórica dos direitos trabalhistas

Foi possível encontrar uma trajetória histórica em relação à construção de conquista de direitos trabalhistas nos artigos de Lourenço (2020), Araújo & Brandão (2021), Leite (2020), Ghirdelli (2021), Bridi (2020) e Brito (2021). No geral trazem aspectos como: alterações na legislação ao longo dos anos e o impacto do neoliberalismo na situação de desigualdade e pobreza. Tais questões serão aprofundadas abaixo.

No período entre 1940 e 1980, o Brasil passou por intensas alterações estruturais graças a um padrão de desenvolvimento econômico dirigido e financiado pelo governo fazendo com que o país se transformasse na oitava economia do mundo em 1980. Essa transformação de país agrário a um país industrializado fez com que a população rural migrasse do campo para a cidade e fazendo com que a população urbana aumentasse de forma considerada e empatando o crescimento industrial, gerando queda da renda per capita e aumento expressivo da concentração de renda. Na década de 1990, o setor de serviços cresce e faz com que o setor industrial entre em crise (Lourenço, 2020).

Nesse processo de transformações, entra em vigor o sistema econômico neoliberal provocando uma reestruturação das relações de trabalho, caracterizando a fase do capitalismo flexível, o qual se apresenta nas formas de contrato, inserção, níveis salariais, nas condições de trabalho, e no papel do Estado, concretizando a precarização do trabalho com a aprovação do Estado. As consequências desse processo são sentidas por aquela população mais vulnerável (Araújo & Brandão, 2021).

O neoliberalismo, segundo Harvey (2005, como citado em Vieira, 2021), compreende uma tríade composta pela desregulação, privatização e retirada do Estado da ordem econômica. O neoliberalismo, através da retirada do poder do Estado, intensifica as relações de trabalho cada vez mais precarizadas e flexibilizadas, vendendo aos trabalhadores uma ideia de conformismo do ideário capitalista. As consequências são o aumento do desemprego, dissolução dos direitos trabalhistas, enfraquecimento dos sindicatos, aumento da flexibilização das relações trabalhistas e da informalidade, enfraquecendo e individualizando os trabalhadores.

O aumento da desigualdade e da pobreza, a destruição da natureza, a crise urbana (habitação, saneamento, transporte, habitação), são resultados do acúmulo de tensões e de problemas não resolvidos no interior do capitalismo como os que desencadearam a

crise de 2008, a qual foi caracterizada por um intenso processo de desregulamentação, flexibilização de normas e regras financeiras, desindustrialização de muitos países com a deslocalização de empresas que foram em busca de maiores e melhores condições de exploração da força de trabalho. No entanto, apesar da crise de 2008, o neoliberalismo não teve um fim, mas sim uma reconfiguração (Leite, 2020).

A situação passa a mudar em meados do ano de 2010, no governo Lula, o qual teve uma política econômica voltada para controle da inflação e a redução da dívida pública, resultando na valorização do real e do salário-mínimo. A economia voltou a crescer e como resultado, houve a diminuição da desigualdade e o aumento do nível de emprego formal. Também teve como política de transferência de renda, bolsa-família, o qual também foi um dos fatores responsáveis pela diminuição dos índices de pobreza e desigualdade de renda no país (Lourenço, 2020).

Em 2017, no governo de Michel Temer, foi aprovada a Lei Ordinária 13.467, mais conhecida como a Reforma Trabalhista, onde a promessa era de modernização produtiva e geração de empregos, coisa que não aconteceu. Pelo contrário, os índices de desemprego, da informalidade e do trabalho por conta própria aumentaram (Ghiraldelli, 2021). Foram alterados cerca de 200 artigos da CLT, legalizando um conjunto de práticas antes consideradas ilegais, fraudulentas (Krein & Vêras de Oliveira, 2019 como citado em Bridi, 2020).

Apesar de não ter sido mencionado nos textos, vale salientar que em 1 de janeiro de 2019, o ex-presidente Jair Bolsonaro assina a MP N°870, convertida em Lei N° 13.844 em 18 de junho do mesmo ano, extinguindo o Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência (MTE) após 88 anos de atuação, sendo incorporado ao Ministério da Economia. Para o trabalhador, significa mais uma fragilização na relação com o empregador, já que não existe um órgão específico para fiscalização (Brasil; 2019).

O fim do MTE teve impacto direto no aumento do desemprego e nos indicadores ligados ao emprego e desemprego, demonstrando divergência nos dados fornecidos pelo IBGE, PNAD contínua e CAGED (Oliveira, 2021). Em 27 de junho de 2021, através de Medida Provisória, o Presidente recria o Ministério do Trabalho e da Previdência e ficará responsável pelas áreas de previdência, previdência complementar, política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador, política e diretrizes para a modernização das relações de trabalho, fiscalização do trabalho, política salarial, intermediação de mão de obra, formação e desenvolvimento profissional, segurança e saúde no trabalho, regulação profissional e registro sindical (UOL, 2021).

O neoliberalismo ganhou ainda mais força através da aprovação da nova Previdência Social de 2020, retardando a aposentadoria e diminuindo os benefícios. Dessa forma, atinge todos os trabalhadores, sejam eles dos setores públicos ou privados. Com a pandemia do Covid-19, houve aprovações de portarias arbitrárias e medidas provisórias, a exemplo, a MP 936/2020 onde autoriza acordos de redução de jornada e salário e suspensão temporária do contrato de trabalho. Inclusive, nos casos de empregadas gestantes e empregados aposentados (BRASIL, 2020 como citado em Brito, 2021).

Informalidade e precarização do trabalho

Foi possível encontrar um panorama sobre o mercado de trabalho nos artigos de Candido (2021), Trindade (2021), Corseuil, Franca e Poloponsky (2020) e Araújo e Brandão (2021). No geral trazem aspectos como: como o mercado de trabalho se encontra precarizado, como o trabalhador está sendo atingido pelo processo da precarização e está se reorganizando para conseguir sobreviver. Tais questões serão aprofundadas abaixo.

O estudo realizado por Corseuil, Franca e Poloponsky (2020), descreve as mudanças nas condições de inserção dos jovens no mercado de trabalho através das análises dos dados publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE e da Relação Anual de Informações (Rais), entre o primeiro trimestre do ano de 2012 ao primeiro trimestre do ano de 2019. Através dos dados expostos no estudo, foi possível observar que houve aumento expressivo na taxa de desemprego dos jovens. Os dados também mostraram que houve um aumento de jovens em ocupações com características precárias, através de inserções informais e do trabalho por conta própria, visto que houve queda na contratação das grandes empresas. Consequentemente, houve redução da remuneração dos jovens trabalhadores.

Precário, está relacionado a algo que não é estável ou seguro, que pode ser facilmente afetado por algo. É justamente dessa ideologia que o neoliberalismo se utiliza, otimizando a concorrência e a competitividade, transferindo os riscos e a insegurança do trabalho para o trabalhador e transformando milhões de pessoas em dependentes e torturados pela instável, insegura e precária relação trabalhista com o capital (Candido, 2021). A precarização surge como uma necessidade capitalista e pode ser caracterizada através da retirada ou diminuição acentuada dos direitos e garantias responsáveis pela proteção do trabalhador (Trindade, 2021).

A precarização do trabalho tem uma de suas origens na terceirização da produção do mundo ocidental na China e Índia, graças aos direitos trabalhistas são quase inexistentes e a mão de obra é extremamente barata (Candido, 2021). As leis nº 13.429 e nº13.467, ambas aprovadas no ano de 2017 durante a gestão de Michel Temer, permitiram a terceirização do trabalho para atividades fins e ofereceram novos elementos para a regulamentação do trabalho autônomo e intermitente. A aprovação dessas leis caracteriza uma nova era do trabalho no Brasil, onde a classe trabalhadora sofre diariamente com a perda de direitos conquistados através de muito esforço e passa a conviver com um conjunto de inseguranças e instabilidades (Trindade, 2021).

A Constituição Federal de 1988, trouxe um novo modelo de proteção social, através da reestruturação das políticas de previdência, saúde e assistência social. Porém, o avanço das políticas neoliberais trouxe consigo o desmonte desses direitos. Reformas, privatizações, terceirizações passaram a ser a regra (Mendes & Guimarães, 2022). Slee (2017, citado por Dias, 2022), escreve "Uberização: a nova onda do trabalho precarizado." Esse movimento, no contexto brasileiro, está relacionado a introdução de empresas que oferecem caronas pagas, como a Uber e a 99pop. Mais pra frente, foram entrando no mercado novas empresas, como Ifood, Rappi, Cabify, Loggi, entre outros (Dias, 2022).

O capital tem interesse na força de trabalho e não conseguiria sobreviver sem, porém, não é do seu interesse criar empregos formais e com garantias para os trabalhadores. Sendo assim, as políticas flexibilizadoras beneficiam as empresas, fazendo com que o emprego formal vire objeto indesejado sobrando ao trabalhador, como única alternativa, se submeter as ofertas existentes e colaborando para o crescimento da informalidade (Araújo & Brandão, 2021).

Diante desse contexto de precarização, flexibilização e desregulamentação do trabalho, algumas formas de trabalho se ampliaram, entre eles: contratos parciais por tempo determinado, terceirizações, cooperativismo, empreendedorismo, a subordinação sem contrato (bolsistas, estagiários), freelancer, pejotização e a que vem sendo tendência mundial, a uberização, caracterizada por ser uma inovação tecnológica, onde o trabalhador não possui direitos trabalhistas, nem seguridade e arca com seus próprios custos e despesas do seu objeto de trabalho. Devido à falta de opção do mercado e a necessidade de suprir suas necessidades básicas, o trabalhador é induzido a se submeter as essas relações de trabalho precarizadas, incentivando o seu crescimento (Vieira, 2021).

Os impactos da pandemia na vida dos jovens brasileiros estão relacionados as áreas da saúde, educação, as oportunidades e a realização de seus projetos de vida, além dos impactos econômicos e profissionais. O Atlas da Juventude (2022), elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, relata que em 2018, 11,8% dos jovens entre 15 e 17 anos de idade, abandonaram a escola sem concluir o Ensino Básico. O Relatório Nacional sobre Juventude e a Pandemia do Covid-19 informa que em 2021, 43% já pensavam em não retornar aos estudos, sendo de 15 a 17 anos (32%) e de 18 a 24 anos (49%). Entre as justificativas para abandonar a escola estão: a questão financeira e problemas emocionais (Nascimento & Paixão, 2023).

O contexto de pandemia do Covid-19

Foi possível encontrar como a pandemia do Covid-19 impactou no mercado de trabalho nos artigos de Leite (2020), Santos e Abreu (2021), Lourenço (2020) e Santana (2021). No geral trazem aspectos como: a pandemia, neoliberalismo, crise política e seus impactos no trabalho e na vida dos trabalhadores. Tais questões serão aprofundadas abaixo.

A pandemia da Covid-19 se instaura nesse cenário político e econômico, com sua evolução, exigiu o isolamento social, fechamento do comércio e da indústria, paralisação das aulas e todas as atividades consideradas não-essenciais naquele momento. Foi uma medida que repercutiu sobre o mundo do trabalho e reforçou ainda mais as desigualdades sociais e econômicas da população, devido ao fato de que boa parte da população brasileira não possui condições de praticar o isolamento social devido a necessidade de trabalhar para conseguir garantir o sustento familiar (Leite, 2020).

De acordo com os dados do IBGE, no primeiro trimestre de 2022, no Brasil, foram registrados 11,9 milhões de desempregados, equivalente a 1% da população. Entre os jovens, com idades entre 18 e 24 anos, o percentual é de 22,8%. Diante deste cenário, foram desencadeadas crises que impactaram o mundo do trabalho, aprofundamento das desigualdades sociais, empobrecimento e fome. Para os jovens, resulta em condições de trabalho precárias, baixa remuneração, jornadas extensas, informalidade, entre outros (Feffermann, Luz & Ferreira, 2023).

De acordo com Ipea (2021) milhares de trabalhadores perderam seus empregos, expondo a pandemia como um fator agravante dessa crise. Os dados também revelam as características da população mais vulnerável para o desemprego, entre eles estão as mulheres, os negros e os indígenas como os grupos que mais perderam seus empregos.

Os que conseguiram se manter ocupados são os trabalhadores que tem escolaridade alta devido a possibilidade de trabalhar remotamente (Santos & Abreu, 2021).

A crise intensificada pela pandemia da Covid-19 tem proporções e características inéditas, impactando no Produto Interno Bruto (PIB), provocando um distanciamento entre produtores e consumidores, negativando a oferta e a demanda. Toda a população precisando ficar em casa, o trabalho remoto e o trabalho por aplicativo ganharam força, fragilizando ainda mais as relações trabalhistas, visto que, nessa modalidade, favorece o aumento das jornadas de trabalho, a volatilidade da renda e a perda de direitos trabalhistas (Lourenço, 2020).

A gestão do então presidente Bolsonaro, mostrou desde o início da pandemia que não interviria positivamente em favor da massa da população. As políticas do governo diante da pandemia, direta ou indiretamente, visaram proteger o empresariado e as grandes empresas através de medidas provisórias (MP) que livraria os patrões de qualquer responsabilidade com os trabalhadores durante a pandemia e nada se foi feito para evitar danos futuros. Obrigado a dar uma resposta a população, no intuito de diminuir as desigualdades sociais agudizadas pela pandemia, o governo concedeu um Auxílio Emergencial, aprovado com o valor de R\$600,00 para qualquer cidadão desempregado ou exercendo atividade como Microempreendedores individuais (MEI), contribuinte individual da Previdência Social e trabalhador informal, cuja renda familiar total fosse de até três salários-mínimos, o equivalente a R\$ 3.135,00 (Santana, 2021).

E como fica a Juventude diante de tal cenário?

Foi possível encontrar como a juventude foi se encontra no contexto do trabalho e como a pandemia ter interferido no ingresso ao mercado de trabalho nos artigos de Santos e Abreu (2021), Lima e Abreu (2020), Santos e Braga (2020), Tommasi e Corrochano (2020), Abílio (2020), entre outros. No geral trazem aspectos como: a situação do jovem em relação a inserção no mercado de trabalho e quais as opções encontradas por eles. Tais questões serão aprofundadas abaixo.

Marx (2008, como citado em Santos & Abreu, 2021) defende o trabalho como categoria fundante do ser social, a base da sociabilidade humana na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a

estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

Apesar de os jovens dessa geração serem mais escolarizados do que os jovens da geração anterior, a juventude enfrenta um mundo do trabalho cada vez mais fragilizado, isento de direitos e num processo de uberização do trabalho, que fica cada dia mais forte e aprofunda cada vez mais as desigualdades sociais no país. O âmbito profissional para os jovens é de suma importância, pois se trata de um aspecto de incerteza e ansiedade, já que é algo necessário para sua sobrevivência. Porém, para se analisar esse grupo, é necessário considerar a questão de classe e raça, pois, os jovens mais pobres, em sua maioria, vivem a contradição entre trabalhar ou estudar, enquanto os mais abastados economicamente, tem a possibilidade de se dedicar exclusivamente aos estudos, e conseqüentemente, conseguir cargos mais altos (Lima & Abreu, 2020).

Corroborando, temos o estudo de Abramo, Venturi & Corrochano (2020) onde relatam que vida familiar, vida escolar e vida profissionais apresentam-se de maneira combinada nas trajetórias juvenis dos brasileiros, principalmente, para uma maioria da juventude das camadas mais empobrecidas, escola e trabalho não são etapas sucessivas, mas sim concomitantes. Diante disso esses jovens passam a enfrentar uma série de dificuldades decorrentes da conciliação de atividades, principalmente, pela condição de trabalho na qual esse jovem estará inserido, bem como, as atividades pelas quais o jovem se responsabiliza no âmbito familiar. Nesse sentido, manifesta-se a desigualdade de gênero, onde as jovens experenciam a tripla jornada de forma precoce, necessitando se desdobrar entre estudo, trabalho remunerado e tarefas domésticas. As condições de trabalho e a conjuntura do ambiente escolar colaboram para que a combinação seja conciliável ou não.

Os jovens da classe trabalhadora mais empobrecidas, se veem em um contexto no qual necessitam vender a sua força de trabalho para sobreviver. São inúmeras as desigualdades observadas no nosso país. No entanto, as diferenças educacionais são mantidas de forma proposital pela classe dominante, servindo para manter a sociedade da forma que está, reproduzindo os sistemas de dominação, subsidiando a ilusão de uma meritocracia que segrega e marginaliza os jovens menos dotados de capital econômico, simbólico e cultural (Albuquerque & Silva, 2022).

De acordo com o IPEA (2020), no primeiro trimestre de 2019 havia 38,8% de jovens desempregados. A taxa de desemprego de jovens é frequentemente maior do que as registradas em relação às demais faixas etárias economicamente ativa, o que coloca os jovens como um grupo vulnerável e merecedor da atenção do governo (Santos & Braga, 2020). De acordo com o PNAD Contínua (2019), pode-se estimar que havia 49,4% de jovens trabalhando na informalidade e apenas 28,4% inseridos no mercado formal de trabalho (Tommasi & Corrochano, 2020).

Uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira do Setor de Bicicletas (Aliança Bike, 2019) com 270 entregadores, confirma que os *bikeboys* uberizados na cidade de São Paulo são, negros (71%) e jovens (75% dos entrevistados tinham até 27 anos). Esses trabalhadores recebem, em média R\$936,00 por mês, sendo que 54% afirmam que trabalham entre nove e doze horas diárias e 57% trabalham de segunda a domingo (Abílio, 2020).

Durante o período de pandemia, a uberização do trabalho ganhou mais espaço, visto que, as grandes empresas precisaram baixar as portas para evitar o contágio do vírus. Em 2016, havia 25 mil entregadores por aplicativo, no final de 2021 esse número subiu para 322 mil entregadores. Esses números refletem diretamente sobre a precarização deste trabalho, uma vez, esses trabalhadores precisaram se expor ao risco de contágio para garantir seu sustento e o aumento da jornada de trabalho para conseguir render o mínimo para sobreviver (Feffermann, et. al. 2023).

Devido ao cenário econômico, as alterações ocorridas no mundo do trabalho e houve a introdução das tecnologias que transformaram o mundo do trabalho que transformou o trabalhador em um ser instável e flexível. Como os jovens fazem parte do grupo que está passando pelo processo de inserção no mercado de trabalho, com esse novo modelo, acabam sendo o grupo mais atingido pelo desemprego e pela informalidade (Vieira, 2021).

Políticas públicas para a juventude

Foi possível encontrar as políticas públicas voltadas para a juventude, como também a falta delas nos artigos de Tommasi e Corrochano (2020), Santana (2021), Gaspar (2018). No geral, trazem aspectos como: as políticas públicas para colaborarem para o desenvolvimento dos jovens no mercado de trabalho e a falta dessas. Tais questões serão aprofundadas abaixo.

A juventude brasileira enfrenta grandes desafios para conseguirem se inserir e se manter no mercado de trabalho, graças as características socioeconômicas as quais vivemos onde a maioria da população possui baixa renda impedindo que os jovens se dediquem à sua formação e tendo que optar por trabalhar para a sua sobrevivência e da sua família. O estreitamento das políticas públicas de proteção social, junto com a precarização do trabalho e a flexibilização, além da diminuição de renda, o jovem se torna o mais necessitado de atenção do Estado, mas o menos protegido (Vieira, 2021). O Estatuto da Juventude apresenta como garantia o direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social, porém a realidade é bem diferente (Tommasi & Corrochano, 2020).

Ao longo da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), os jovens passaram a ser vistos pelo Estado, sendo contemplados com algumas políticas, não específicas para os jovens, mas que o beneficiaria, tendo como objetivo aumentar o tempo de escolaridade e uma qualificação profissional (Tommasi & Corrochano, 2020). Em 2003, o Partido dos Trabalhadores, através do presidente Luís Inácio Lula da Silva, assume o poder. Apesar de ainda possuir traços neoliberais, o governo com características de esquerda, possibilitou a concessão de alguns direitos sociais, atendendo a classe trabalhadora de modo a atenuar as desigualdades sociais. O governo Lula, buscou oferecer condições de igualdade aos desiguais, priorizando a qualificação profissional da força de trabalho juvenil através de políticas compensatórias de alívio a pobreza (Gaspar, 2019).

Em 2005, foi criado o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, com o slogan "oportunidade para todos", com o objetivo de reconfigurar a educação de jovens e adultos. O programa visava promover o protagonismo juvenil e formar competências objetivando combater o desemprego e incentivar a educação profissional. Entretanto, adiante, em 2008, o programa necessitou ser reestruturado para ampliar as oportunidades educacionais para as diversas frações da classe trabalhadora através do Programa Projovem urbano, o qual tinha por objetivo a elevação da escolaridade, visando a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional, em nível de formação inicial, focada em estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local (Gaspar, 2019).

Gaspar (2019), apresenta algumas pesquisas com os jovens participantes do programa em alguns estados, entre eles: Paraíba, Bahia e Maranhão. O mesmo constata que o programa ainda está longe de ser efetivo, visto que, o programa peca em não avaliar as diferenças regionais e também sobre a oferta da qualificação profissional que muitas vezes não são condizentes com a realidade da região. Outro ponto que colaborou para o programa não ser efetivo, é a falta de estrutura, visto que, em vários locais, foi oferecido apenas o conhecimento teórico, deixando em falta o conhecimento prático e quando havia o conhecimento prático, este era muito precário, e o acompanhamento dos jovens até a sua inserção no mercado de trabalho.

Ainda na gestão do Governo Lula, foram implantados programas como o Enem, o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Todos são programas que facilitam o acesso ao ensino superior. Muitos jovens conhecem essas políticas e muitos só conseguem acesso a faculdade através desses recursos. No entanto, ainda faltam políticas e medidas legais que incidam sobre a oferta de trabalho protegido, que propiciem a conciliação com os estudos (Abramo et. al. 2020).

No período entre 2010 e 2015, houve um avanço no direito ao trabalho, que foi a formulação da Agenda e do Plano Nacional do Trabalho Decente para a Juventude, com o apoio da OIT, onde previa ações relativas à formalidade do emprego, salário, segurança no trabalho, contrato e proteção social e tinha como prioridade oferecer aos jovens uma educação maior e melhor, inserção ativa e digna no mundo do trabalho, o diálogo com o social e conciliação dos estudos, trabalho e vida social. Esses planos expostos na Agenda, não conseguiram se concretizar, devido à falta de consensos que impediram a aprovação do plano e que deixaram de ser discutidos após o impeachment de Dilma Rousseff (Tommasi & Corrochano, 2020).

Vivemos sob a gestão de um governo que se negou a governar para a parte da população que é mais vulnerável, e que necessita de um olhar mais atencioso do Estado, como os jovens, fazendo com que essa população fique exposta a situações de risco, com várias incertezas sobre o futuro e sobre a sua sobrevivência. Esse contexto nos obriga a questionar e mobilizar a classe trabalhadora com objetivo de reconquistar direitos e estabilidade (Santana, 2021).

Nas eleições de 2022, foi o eleito o Presidente Luís Inácio Lula da Silva para o seu 3º mandato. Entre os principais desafios está a retomada da política de redução da pobreza e geração de empregos, bem como, a reestruturação dos programas sociais como,

o bolsa família. Outro ponto que precisa ser observado pelo governo é a ampliação de investimentos em áreas essenciais como a educação e a saúde. São pontos importantes para garantir distribuição de renda justa e estabilidade social.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo realizar uma revisão integrativa sobre o que vem sendo produzido em relação a inserção precarizada do jovem no mercado de trabalho. Foi possível perceber que a pandemia do Covid-19 foi um fator intensificador do processo de precarização que a juventude já vinha sofrendo. Além disso, foi possível identificar conquistas e perdas de direitos trabalhistas, e a juventude como um grupo vulnerável, que conseqüentemente sofre com o avanço da precarização e a falta de políticas públicas.

Nesse sentido, é possível perceber que para o jovem, filho/a da classe trabalhadora mais empobrecida, que está inserido ou prestes a se inserir no mercado de trabalho, normalmente, tal inserção se dá a partir das relações precarizadas de trabalho. Resultando para este jovem instabilidade econômica e social, falta de recursos para garantir seu desenvolvimento econômico adequado e problemas de saúde física e emocional.

Acerca dos projetos de vida, é possível identificar que os jovens trabalhadores das camadas populares, não param para fazer planejamento a médio e longo prazo. Eles estão mais preocupados com os projetos a curto prazo que está mais relacionado a garantir sua sobrevivência no mês subsequente e com questões pessoais, sociais e econômicas que emergem no dia a dia. Ficando para segundo plano os projetos de vida alcançados a longo prazo.

Diante da ausência de políticas públicas que priorize a inserção e manutenção do jovem no mercado de trabalho, se levanta a necessidade de convocar a juventude trabalhadora a lutar e buscar por seus direitos e garantias para promover condições dignas de educação e trabalho para os jovens brasileiros. Estamos diante de um processo de derrocada do trabalhador e dos postos de trabalho e diante dos expostos, percebemos a necessidade de aprofundar os estudos sobre o trabalho, bem como a situação da juventude diante dos processos de inserção e manutenção no mercado de trabalho, bem como analisar as políticas públicas e cobrar do Estado ações que visem minimizar as desigualdades.

Como psicologia do trabalho, sentimos a necessidade de atuar e continuar produzindo possibilidades de desenvolvimento dos jovens, bem como o conhecimento da comunidade científica acerca deste processo.

Referências

- Abílio, L. C. (2020). Uberização e juventude periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos estudos CEBRAP* [online], v. 39, n. 3. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>.
- Abramo, H. W. & Venturi, G. & Corrochano, M. C. (2020). Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. *Novos Estudos CEBRAP* 39 (3). <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030004>
- Abreu, I. S. de & dos Santos, M. S. (2021). Asfixia mecânica versus centralidade do trabalho: a pandemia que desmascara a retórica capitalista. *MovimentAção*, 8(14), 176-188.
- Albuquerque, K. A. de & Silva, V. V. A. da (2022). Agravamento das desigualdades presentes nas relações entre juventude e mundo do trabalho durante a pandemia. *Research, Society and Development*, v. 11, n.14. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i14.36279>
- Araújo, I. S. de, & Brandão, V. B. G. (2021). Trabalho e renda no contexto da pandemia de covid-19 no brasil. *Revista Práxis*, 2, 96–111. <https://doi.org/10.25112/rpr.v2i0.2545>
- Bezerra, A. L. S. & Medeiros, M. G de (2022). O teletrabalho no contexto da pandemia da Covid-19: desafios para o trabalho. *Argumentum*. v. 14, n. 3, p. 67-80. <http://10.0.185.96/argumentum.v14i3.34193>
- BRASIL. 2019. Lei N°13.844, de 19 de junho de 2019. Dispõe sobre o fim do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência (MTE).
- Bridi, M. A. (2020). A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. *Estudos Avançados* [online], v. 34, n. 100, pp. 141-165. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.010>.
- Brito, R. D. S. de. (2021). Direito do trabalho na contramão: a precarização como regra. *Revista Katálysis* [online]. 2021, v. 24, n. 1, pp. 220-227. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75270>.
- Candido, G. G. (2021). Precarização do trabalho: a nova cepa da lógica capitalista autofágica. *Lex Humana (ISSN 2175-0947)*, 13(1), 50–74. Recuperado de <http://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/view/2062>
- Carneiro, E.; César, M. da S. & Scherer, G. A. (2022). As juventudes brasileiras e o acesso ao trabalho: uma análise da precarização intensificada na pandemia da Covid-19.

- Anais do Seminário Internacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família. Porto Alegre: EDIPUCRS. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/241649>
- Corseuil, C. H. L. & Franca, M. P. & Poloponsky K. (2020). A inserção de jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. *Novos estudos CEBRAP*. 39 (3). <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030003>
- Debastiani, L. H. (2023). Uberização e Pandemia: reflexos da Covid-19 na precarização do trabalho em plataformas digitais. *Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade*. v. 3. <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/article/view/7430>
- Dias, M. F. G. (2022). "O que será, que será?" Precarização, uberização e o futuro do trabalho. *Boletim de Conjuntura - BOCA*. v. 12. nº35. <https://doi.org/10.5281/zenodo.7317837>
- Diniz, D. da C. M. (2021). Os desafios da juventude: distante da escola e enfrentando o uberismo na cidade no contexto da pandemia do Covid-19. *Anais do III Congresso Internacional e V Congresso Nacional de Movimentos Sociais e Educação*. v. 1. nº 1. <http://anais.uesb.br/index.php/cicnmse/article/view/9971/0>
- Feffermann, M. & Luz, L. C. X. & Ferreira, M. D. M. (2023). O trabalho de jovens entregadores por aplicativos em tempos de pandemia. *CIVITAS, Revista de Ciências Sociais* 23. OPEN ACCESS Artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2023.1.42494>
- Fernandes, A. (2020). Coronel Vírus chegou. Notas etnográficas sobre a Covid-19 entre vulnerabilizados da cidade do Rio de Janeiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)* [online], n. 35, pp. 7-34. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.35.02.a>.
- Ferreira, V. R. & Rodrigues, K. N. (2023). Os impactos psicossociais sofridos pelas trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia. *Argumenta Journal*. n. 39. p. 287-318. <file:///C:/Users/amand/Downloads/2692-11021-1-PB.pdf>
- Gaspar, L (2019). Projovem urbano: a precarização mascarada sob o signo da formação inicial para o trabalho simples. *Trabalho, Educação e Saúde* 17 (1). <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00186>
- Ghiraldelli, R. (2021). Trabalho, reformas ultraliberais, desigualdades e pandemia no Brasil: os sentidos da crise. *Trabalho, Educação e Saúde* [online]. 2021, v. 19.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00326>>. Epub 27 Ago 2021. ISSN 1981-7746.

- Guimarães, N. A. & BRITO, M. M. A. D. & COMIN, A. A. (2020). Trajetórias e transições entre jovens brasileiros: Pode a expansão eludir as desigualdades?. *Novos Estudos CEBRAP*, 39(3), 475–498. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030002>
- Lei N°13.844, de 19 de junho de 2019. Dispõe sobre o fim do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência (MTE).
- Leite, K. C. (2020). A (in)esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho. *Psicologia & Sociedade* [online], v. 32 <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240215>.
- Lima, E., & Abreu, K. (2020). Dificuldades de jovens sem vínculo formal de emprego durante a pandemia da covid-19: limites do empreendedorismo em tempos de crise. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 3(9), 56-73. doi: <http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.4009914>
- Lima, L. P. & Lima, F. M. M. de & Tôrres, P. S. C. (2021). Organização política como resistência à precarização do trabalho na pandemia da Covid-19. *Revista De Direito Da Universidade De Brasília*, 5(1), 123–146. <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/32332>
- Lourenço, A. da C. (2020). Precarização do trabalho e reorganização da mão de obra no contexto de pandemia. *Norus* [online], v. 8, n. 14. <https://doi.org/10.15210/norus.v8i14.19989>
- Luz, L. C. X., Feffermann, M., Abramovay, M., Weisheimer, N., Ferreira, M. D'A. M., Cavalcante, F. V., da Silva, A. P., & Lopes, I. C. (2021). Os jovens brasileiros em tempos de covid-19. *Princípios*, 40(160), 177 - 207. <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.008>
- Mendes, K. k. de S. F. & Guimarães, J. de C. (2022). Precarização do trabalho e juventude: uma análise sobre a realidade laboral face à pandemia da Covid-19. *O social em questão*. 53. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/58558/58558.PDF>
- Mendes, K. k. de S. F. & Guimarães, J. de C. (2022). Precarização do trabalho e juventude: uma análise sobre a realidade laboral face à pandemia da Covid-19. *O social em questão*. 53. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/58558/58558.PDF>

- Nascimento, I. P. & Paixão, E. S. de B. (2023). AS juventudes pós-pandemia: traçando rumos e estratégias para o protagonismo juvenil. *Revista Cocar. Edição Especial*. n. 16. p. 1-21. <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6907/2890>
- Nascimento, I. P. & Paixão, E. S. de B. (2023). AS juventudes pós-pandemia: traçando rumos e estratégias para o protagonismo juvenil. *Revista Cocar. Edição Especial*. n. 16. p. 1-21. <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6907/2890>
- Oliveira, I. D. (2021). O que aconteceu ao trabalhador em 2,5 anos sem o Ministério do Trabalho? UOL, São Paulo. <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/07/27/mercado-de-trabalho-antes-e-depois-do-fim-do-ministerio-do-trabalho.htm>
- Praun, L. (2020). A Espiral da Destruição: legado neoliberal, pandemia e precarização do trabalho. *Trabalho, Educação e Saúde* [online], v. 18, n. 3. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00297>.
- Santana, M. A. (2021). Classe trabalhadora, precarização e resistência no Brasil da pandemia. *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, n. 48, v. 19, p. 70 – 91. doi: 10.12957/rep.2021.60293.
- Santos, C. L. D., & Braga, J. T. D. S. (2021). A crise sanitária e políticas neoliberais no mercado de trabalho: elementos de precarização dos jovens em tempo de pandemia no Brasil e na Espanha. *Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*.
- Santos, M. S. dos & Abreu, I. S. de. (2021). Asfixia mecânica versus centralidade do trabalho: a pandemia que desmascara a retórica capitalista. *Revista Movimentação*. v. 8. n° 14. pp. 176-188. <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/14462/8212>
- Silva, J. A. S. da (2022). Se é essencial, por que é precário? Mobilizações, resistência e organização dos entregadores via aplicativos digitais durante a pandemia de Covid-19. *Rvista Humanidades e Inovação*. v9. n. 6. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4012>
- Silva, R. O. da & Silva, C. da & Junior, N. S. A. & Marques, M. F. (2023). As formas e relações de trabalho no contexto da pandemia da Covid-19. *Revista Valore*. v.8. <https://doi.org/10.22408/reva8020231131e-8055>
- Tommasi, L. de & Corrochano, M. C. (2020). Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. *Estudos Avançados* [online], v. 34, n. 99, pp. 353-372. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.021>.

- Trindade, H. (2021). Trabalhadores no contexto de pandemia: o que dizem as notícias? *Revista direitos, trabalho e política social*, 7(12).
- UOL. (2021). Bolsonaro recria Ministério do Trabalho e nomeia Onyx Lorenzoni para pasta. <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/07/28/bolsonaro-recria-ministerio-do-trabalho-e-nomeia-onyx-lorenzoni-para-pasta.htm?cmpid=copiaecola>
- Vieira, D. A. (2021). O autoempreendedorismo informal e a inserção social de jovens pelo trabalho. 177 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Sergipe. <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14360>
- Vieira, G. da S. (2022). O celeiro da tragédia: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador diante da pandemia da Covid-19. *Serviço Social em perspectiva*. v. 6. n 1. <https://doi.org/10.46551/rssp202207>
- Yazbek, M. C., Raichelis, R. & Sant’Ana, R. (2020). Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. *Serviço Social & Sociedade* [online], n. 138, pp. 207-213. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.209>.

3 ARTIGO 2 - “MEU HISTÓRICO DA VIDA PROFISSIONAL É UM DESASTRE”: HISTÓRIAS DE VIDA DA JUVENTUDE TRABALHADORA

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as trajetórias trabalho de jovens trabalhadores/as de um shopping popular, evidenciando seus agravos após o início da pandemia do Covid-19. Utilizou-se como base teórica a Psicologia Histórico-cultural. Participaram deste estudo 6 jovens trabalhadores, sendo 5 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, tendo de 18 a 29 anos. Foi realizada uma observação participante, analisada com auxílio do MaxQDA. Pode-se notar que a juventude brasileira durante a pandemia foi afetada em vários aspectos, principalmente, no profissional e acadêmico. Tal juventude se encontra em situação de vulnerabilidade social e são marcados pela ausência do básico para sobreviver. Sendo comum a repetição da história de que precisou abandonar os estudos e se inserir no mercado de trabalho mais cedo para ajudar sua família, garantir sua subsistência.

Palavras-chave: juventude trabalhadora, pandemia, precarização

Introdução

Em situações de crise econômica e sanitária, como a do Covid-19, os mais pobres são os mais afetados, desse grupo se sobressaem a juventude, as mulheres e negras e negros, sendo atingidos de forma ainda mais severa por serem mais vulneráveis (IBASE, 2023). Para a juventude, a pandemia de Covid-19 teve mais um agravo, visto que, os jovens foram afetados, tanto nos âmbitos educacional, quanto profissional, social e econômico (OIT, 2020).

O Mapa da Riqueza divulgado, pela Fundação Getúlio Vargas, em fevereiro de 2023 aponta um aumento na desigualdade na distribuição de renda, no Brasil. O aumento da inflação, somado ao aumento do desemprego afetou diretamente a classe que precisa vender a sua força de trabalho para sobreviver, chamada mais popularmente como classe média (IBASE, 2023).

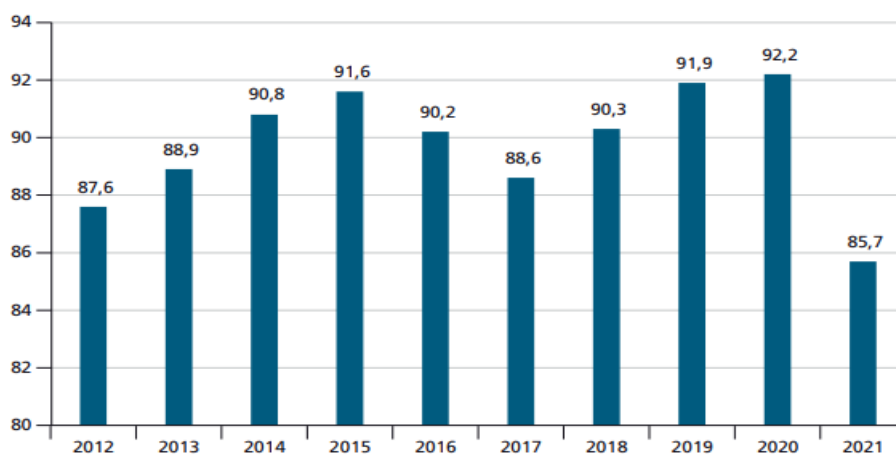
Para Palmer (2013, citado por Mattos (2019), a classe sempre foi caracterizada pela heterogeneidade, insegurança, diferenciação e precariedade. Para o autor, existe uma diferenciação que separa os trabalhadores que conseguem acessar empregos estáveis daqueles que precisam se desdobrar para conseguir trabalho e acesso ao salário, que é

justamente, a expropriação. A base da proletarização é a expropriação dos recursos sociais de produção a qual deixa marcas em todos os trabalhadores.

A classe trabalhadora contemporânea, é mais ampla, heterogênea, complexa e fragmentada do que o proletariado industrial do século XIX. Certamente, sempre houve homens trabalhadores, mulheres trabalhadoras, jovens trabalhadores, qualificados e não qualificados, formais e informais. No entanto, nas últimas décadas, tem ocorrido uma intensificação do processo de exploração e da ampliação dos modos de extração da força de trabalho. A nova morfologia do trabalho, vem gerando uma potencialização dos mecanismos geradores do valor, se utilizando dos mecanismos de intensificação e auto exploração do trabalho (Antunes, 2020).

Se a precarização e escravidão eram realidades associadas ao subdesenvolvimento, nos últimos anos, o trabalho servil tem sido encontrado em outras realidades. O desemprego, a desregulação e a precarização são a nova realidade. Todo esse processo resulta no aumento das desigualdades salariais, empobrecimento das camadas mais baixas e colabora para o surgimento de novas favelas e novas periferias (Cavalcanti, 2021).

No primeiro trimestre do ano de 2023, a taxa de desemprego foi equivalente a 9,4 milhões de brasileiros que se encontram desocupados, o equivalente a 8,8% da população em idade de trabalhar que não está inserido no mercado de trabalho, sendo que 10% ou 1.015 milhão são mulheres. Em relação aos jovens entre 18 e 24 anos, são 1,692 milhão de desempregados, o equivalente a 18% de jovens (IBGE, 2023). Segue abaixo a figura com a população ocupada (valores equivalentes a milhão) no primeiro trimestre entre os anos de 2012 e 2021:



Olhar para esses dados, é ter a dimensão da precarização do mercado de trabalho e fragmentação da classe trabalhadora. O desemprego tem seu crescimento potencializado

a partir das reformas neoliberais, sobretudo a partir da década de 1990, mascarado pelo processo de desenvolvimento e a inserção de novas tecnologias. No entanto, o que esse modelo realmente trouxe foi, privatizações, desregulação do mercado financeiro, reestruturação produtiva e precarização do trabalho (Navarro et. al. 2017).

Tal contexto afeta a juventude de forma importante, uma vez que o ingresso no mercado de trabalho é o marco da fase adulta e a escolha da profissão é um momento de extrema relevância desse período. Para Vygotsky cada período que compõem o desenvolvimento do indivíduo é caracterizado por uma atividade que será central na sua relação com o meio. Sendo assim, pensar a juventude demanda compreender a dinâmica de atividades as quais o jovem está inserido a fim de entender como estas atividades colaboram para o seu desenvolvimento enquanto pessoa (Abrantes & Bulhões, 2017).

A atividade que irá guiar os/as jovens para o seu desenvolvimento psíquico, social e econômico é a atividade de trabalho. Certamente, o jovem desempenha outras atividades, no entanto, é através da atividade de trabalho que norteará o modo como o jovem se encontrará perante o mundo. Pensar sobre o trabalho como central na vida do jovem implica pensar nas condições de vida que atravessam essa juventude, como as classes e raças, uma vez que as oportunidades encontradas serão determinadas por tais fatores (Abrantes & Bulhões, 2017).

A base do desenvolvimento psíquico do indivíduo é dinâmico e se modifica com criação de novas estruturas. Os interesses surgem a partir da relação do sujeito com o meio, criando necessidades a serem supridas. Tais necessidades tendem a desaparecer e ser substituído por novas necessidades. Os interesses, aspirações e, finalmente, projetos de vida são adquiridos, desenvolvem-se, confirmando assim a possibilidade de superar um ponto de vista mecanicista sobre o tema (Pessoa et. al. 2017).

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar as trajetórias trabalho de jovens trabalhadores/as de um shopping popular, evidenciando seus agravos após o início da pandemia do Covid-19. Este estudo quer apontar para a precarização do mercado de trabalho e fragilização dos jovens trabalhadores, bem como, a necessidade de políticas públicas que se atentem as necessidades da juventude brasileira.

Metodologia

Lócus

Este estudo foi realizado em um shopping popular localizado no centro da cidade de Campina Grande-PB. Este shopping foi inaugurado em fevereiro de 2001, abrigando

comerciantes que antes ocupavam as ruas do centro comercial da cidade. É possível encontrar jogos eletrônicos, artigos nacionais e importados, confecções, atraindo muitos consumidores devido à acessibilidade, variedade e preço baixo dos produtos. A maioria dos trabalhadores/as, são pessoas que não conseguiram emprego no mercado formal, gerando uma discussão acerca do desemprego e o direito ao trabalho (Portela & Melo, 2012).

Participantes

Participaram deste estudo 6 jovens trabalhadores, sendo 5 participantes do sexo feminino e 1 participante do sexo masculino. Os/as participantes estão na faixa etária de 18 a 29 anos. Todos/as estão inseridos/as no mercado de trabalho pela via da informalidade, visto que, nenhum possui direitos, como: carteira assinada, FGTS e férias garantidos.

Instrumentos

Inicialmente, foi realizada observação do campo de pesquisa, onde foi aprofundado o conhecimento acerca da realidade do ambiente de trabalho, bem como as perspectivas e expectativas presentes no campo da atividade. Foi utilizado como ferramenta de registro o diário de campo, a partir das observações percebidas no ambiente que não puderam ser captadas na entrevista. Foi realizada ainda uma entrevista aberta, onde os/as jovens trabalhadores/as puderam relatar suas trajetórias de trabalho e os papéis que desempenham em suas vidas.

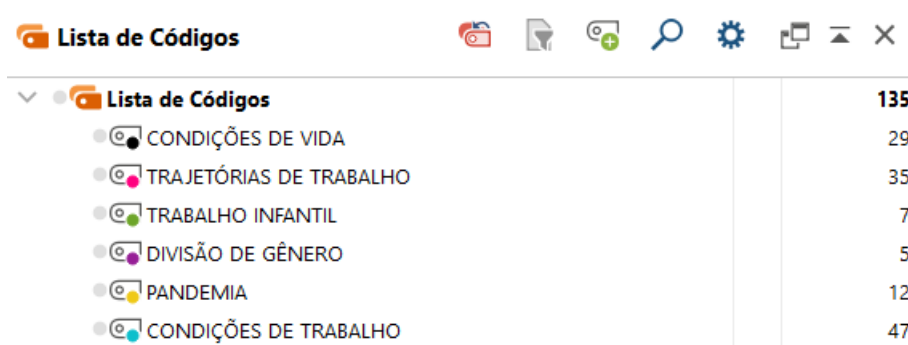
Procedimentos

Inicialmente foi realizada observação participante, onde a rotina no shopping passou a ser observada e a partir de tal análise, foi criado vínculos com os trabalhadores e conseqüentemente o convite para participarem deste estudo. E os próprios trabalhadores apresentavam outros trabalhadores que gostariam que fizesse parte deste estudo. Esse processo foi encerrado, quando houve saturação dos dados (Minayo, 2017) e as informações passaram a ficar repetidas.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética, conforme a resolução 466/12 e foi submetido através do CAAE 60618122.0.0000.5187 e aprovado de acordo com o parecer 5.647.990. As participantes tiveram ciência de todos os procedimentos, bem como os riscos e benefícios da participação neste estudo. Após a participação confirmada, todos tiveram acesso ao TCLE/AIUV (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Termo de Autorização de uso de Imagem, Voz e Vídeo), autorizando o uso dos recursos de áudio e confirmando sua participação.

Análise dos dados

Para a análise de dados desta pesquisa, foi utilizado o software MAXQDA, o qual auxiliou na categorização das informações relevantes dos dados coletados através de códigos estabelecidos de acordo com os objetivos deste estudo e permitiu estabelecer conexões entre os dados qualitativos e as variáveis sociodemográficas. Foram gerados os seguintes códigos, conforme a figura abaixo:



Lista de Códigos		
Lista de Códigos		135
CONDIÇÕES DE VIDA		29
TRAJETÓRIAS DE TRABALHO		35
TRABALHO INFANTIL		7
DIVISÃO DE GÊNERO		5
PANDEMIA		12
CONDIÇÕES DE TRABALHO		47

Resultados e Discussão

Os resultados estão organizados por subtítulos que emergiram a partir da análise de dados auxiliada pelo MaxQDA, são eles: *Caracterização dos e das participantes; Histórico de precarização e trabalho precoce; as consequências do trabalho precarizado na vida dos jovens; o aprofundamento das relações precarizadas a partir do contexto de Pandemia Covid-19.*

Caracterização dos e das participantes

Das 6 entrevistas realizadas, 5 foram com mulheres trabalhadoras. As idades dos e das participantes estão na faixa etária de 18 a 29 anos. Ao perguntar sobre a escolaridade, emergiu que 2 ainda não concluíram o ensino médio, 1 está cursando ensino superior, 1 finalizou curso técnico e os demais possuem ensino médio completo. O detalhamento dos dados encontra-se na tabela 1 que segue abaixo:

Tabela 1. Caracterização

Participante (Nome Fictício)	Idade	Cor	Escolaridade	Estado Civil	Filhos
Maria	29 anos	Branca	Ensino superior incompleto	Solteira	Sim
Rafaela	23 anos	Branca	Ensino médio incompleto	Casada	Sim
Isabela	18 anos	Parda	Cursando ensino médio	Solteira	Não

Fernanda	19 anos	Negra	Ensino médio completo, curso técnico incompleto	Solteira	Não
Joana	25 anos	Negra	Ensino médio completo, curso técnico completo	Solteira	Sim
José	25 anos	Negro	Ensino médio incompleto	Solteiro	Não

Apenas 2 participantes conseguiram finalizar o estudo na idade adequada. Entre os motivos que os levaram a interromper o período escolar estão: gravidez na adolescência, falta de incentivo familiar e necessidade de ingressar no mercado de trabalho mais cedo para conseguir a subsistência.

Além dos motivos já citados que colaboram para o ingresso do/a jovem no mercado de trabalho mais cedo, estão também, a aquisição de experiência para vínculos futuros. As trajetórias juvenis acerca de trabalho e estudo acontece de forma desigual e está diretamente relacionado a classe a qual esse jovem está inserido. Visto que, para os/as filhos/as da classe trabalhadora mais empobrecida, o mercado irá se apresentar de forma precária, impossibilitando o jovem de conciliar trabalho e estudos (Abramo et. al. 2020).

Histórico de precarização e trabalho precoce

Os e as participantes da pesquisa relatam uma entrada precoce no mundo do trabalho, onde a pessoa mais nova inicia suas atividades aos 14 anos a partir de uma política pública voltada a adolescência e juventude, que se dá a partir de uma formação teórico-metódica. Temos ciência que por lei essa é a forma possível, segundo o estatuto da Criança e adolescência em seu artigo 60. Assim, do total de histórias partilhadas, apenas duas participantes entram pela via da formalidade no mercado, a partir da referida política pública de formação profissional. Enquanto os/as demais, entram a partir de ocupações informais. O detalhamento pode ser visto na tabela 2 que segue abaixo:

Tabela 2. Histórico de trabalho precoce

Nome	Ingresso no MT	Vínculo	Motivo	Função
------	-------------------	---------	--------	--------

Maria	16 anos	Informal	Falta de recursos básicos para subsistência	Caixa de supermercado
Rafaela	16 anos	Informal	Gravidez	Vendedora
Isabela	16 anos	Informal	Falta de recursos básicos para subsistência	Vendedora ambulante
Fernanda	17 anos	Formal (Programa Jovem Aprendiz)	Conhecimento do mercado de trabalho	Assistente administrativo
Joana	14 anos	Formal (Programa Jovem Aprendiz)	Falta de recursos básicos para subsistência	Setor de vendas
José	15 anos	Informal	Falta de recursos básicos para subsistência	Montando cestas básicas

As histórias aqui contadas revelam vivências de falta de recursos para a sobrevivência, nos levando a analisar, assim como apontam Abrantes e Bulhões (2017), que a juventude não acontece da mesma forma, tendo um atravessamento de classe que vai fazer com que, muitas vezes, a entrada no mercado de trabalho de forma precoce se dê quase que de forma obrigatória. A exemplo, temos a fala de Isabela: “Eu passava necessidade dentro de casa e as vezes não tinha o que comer. Pra mim hoje é uma vitória tipo, pra eu pelo menos arrumar um prato de comida.”

Há o caso de Rafaela, que engravidou e sentiu a necessidade de buscar sua independência: “Eu comecei a trabalhar com 16 anos, depois de ter tido meu filho. Eu precisava trabalhar, né?! Eu queria ser independente pra não tá dependendo de homem. Aí por isso decidi trabalhar e comecei logo cedo”. Tal situação remete a divisão sexual do trabalho onde fica sob a responsabilidade da mulher a carga da conciliação da dupla jornada entre os trabalhos produtivo e reprodutivo (Machado, 2009; Hirata & Kergoat, 2007).

Na contramão desse processo, temos a situação das jovens que ingressaram no mercado de trabalho através da política pública Jovem Aprendiz, que oferece aos jovens a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho pela via formal. Isso implica dizer que estas inserções implicam garantia de direitos aos dos trabalhadores, e nesse caso considerando também a condição peculiar de desenvolvimento, com o objetivo de garantir ao jovem a conciliação entre trabalho e escola, como por exemplo: carga horária reduzida, férias e benefícios de acordo coletivo (Ribeiro, 2020).

As funções que os e as jovens ocuparam naquele primeiro momento no geral, estavam sobretudo ligadas à venda, como pode ser visto na tabela 2 acima. Coincidem

também nas altas cargas horárias de trabalho, salários bem abaixo ao compatível para a função e muita pressão por resultados. Como exemplo, trazemos o relato da trabalhadora Maria:

Eu tinha uns 17 anos, eu queria muito trabalhar, era louca pra trabalhar. Tanto pra ajudar meus pais, quanto pra poder ter as coisas que eu queria ter né. Era adolescente, eu queria muito trabalhar. O primeiro emprego foi aos 17 anos... Ele tomava muito meu tempo, era um trabalho completamente que fazia tudo no supermercado a gente trabalhava muito e ganhava muito pouco na época, eu recebia R\$300,00 por quinzena, era pouquíssimo... Tinha dia que eu trabalhava até 13 horas por dia, pegava direto da hora do almoço. Pegava das 6:40 até quase 21:30 da noite, e no horário de almoço a gente tinha 20 minutos pra almoçar e voltar. No começo foi bom entre aspas, por conta que eu estava ganhando dinheiro que eu queria ‘pra’ minhas coisas, ‘tava’ podendo ajudar minha mãe em casa, só que comecei a perceber que eu não tinha vida social nenhuma. Eu tive que parar os estudos, eu trabalhei durante 6 meses no supermercado e depois dos 6 meses eles tiveram uma redução de quadro, porque já era no mercado que era muito conhecido, sempre atualizava o quadro de funcionário aí o pessoal não passava muito tempo lá não, aí eu fui demitida.”

O relato de Maria remete aos que Cavalcanti (2021) identifica como “*semilivres precários*”, aos quais desempenham atividades caracterizadas pela instabilidade e semiqualificação, negação, seja ela total ou parcial, da proteção jurídica dos direitos trabalhistas e sociais. Segundo o autor, esses trabalhadores são marcados pela vulnerabilidade econômica e social e podem resultar consequências na vida pessoal, familiar e social desse trabalhador.

Segundo Isabela, ela começou “a trabalhar vendendo din-din na Rua João Pessoa com minha cunhada. Aí começou a pandemia a gente teve que ficar em casa por conta que não podia sair e din-din também não era um negócio bom pra se vender”. A fala de Isabela, exprime tanto a colaboração de um familiar, quanto o ingresso no mercado de trabalho pela via precária. Vale atentar ao segundo fato, que retrata a realidade da juventude pertencente a classe trabalhadora brasileira.

Quando o jovem busca ingressar no mercado de trabalho, encontra oportunidades escassas que se vinculam as altas exigências do mercado relacionadas a experiência profissional e alto nível de qualificação. Tais exigências resultam na alta concentração

dos jovens no setor informal e precário que não irá garantir seu desenvolvimento profissional, nem qualidade de vida (Corseuil et. al. 2020).

Existem algumas políticas públicas que buscam diminuir essas desigualdades, como por exemplo, o Programa Jovem Aprendiz, que garante o cumprimento da Lei 10.097/2000 (Lei da Aprendizagem) que estabelece as regras, direitos e deveres para a contratação de jovens aprendizes, com idade entre 14 e 24 anos, pelas empresas (Brasil, 2000). Conforme visto acima, duas jovens ingressaram no mercado de trabalho através deste programa.

“Eu fiz a seleção e eles me chamaram. Eu estudava pela manhã e trabalhava de 13:00h às 17:00h. Recebia uma bolsa e auxílio transporte. Foi bom. Eu trabalhava na parte administrativa e realização digitalização, tirava xerox... essas coisas”. A fala de Fernanda expressa uma realidade diferente dos demais acerca da inserção no mercado de trabalho. Além de estar em uma inserção que garantia seus direitos, também tinha carga horária reduzida a fim de facilitar a conciliação trabalho e escola.

As consequências do trabalho precarizado na vida dos jovens

O mercado de trabalho tem se apresentado a partir de relações trabalhistas fragilizadas, precárias e isentas de direitos. Podemos observar nas seguintes falas dos participantes, um panorama sobre suas trajetórias no mercado de trabalho:

Minha vida profissional é um desastre... Foi um ato de desespero mesmo que eu não tinha nada mais, não conseguia emprego em canto nenhum. Onde ia ter emprego pra quem não tinha terminado nem o ensino médio, só tinha o fundamental, nem tinha ensino médio? (Maria).

Para Abrantes e Bulhões (2017), compreender a atividade de estudo profissionalizante e a atividade produtiva nos permite identificar a posição que o jovem ocupa em relação aos meios de produção. Visto que, a sua relação com o processo produtivos está relacionado a sua situação socioeconômica. Ou seja, os jovens das camadas mais baixas da população terão acesso a oportunidades de trabalho precárias, que exigem menos qualificação e oferecem salários baixos (Abramo et. al. 2020).

As falas dos participantes corroboram o que Antunes (2020b) já chamava atenção ao trazer que os jovens, em sua maioria, vivem a dicotomia entre trabalhar ou estudar, muitos não conseguiram finalizar sua vida acadêmica e precisam se inserir no mercado de trabalho para auxiliarem na renda familiar e acabam encontrando esse mercado de trabalho que não oferece estabilidade. A exemplo a fala de José que segue abaixo:

Tinha dia que chegava cansado e chegava a faltar aula, mas ainda me esforçava nos estudos pra trabalhar e estudar, mas depois com um tempo decidi desistir dos estudos, quando vi que já estava no 1º ano do ensino médio aí desisti dos estudos, chegava muito cansado em casa. (José).

Para Marx, o trabalho e a educação estão vinculados ao processo de desenvolvimento e formação do ser humano. Nesse sentido, é importante que o ensino esteja vinculado ao trabalho produtivo, o qual poderia fornecer aos trabalhadores os instrumentos necessários para a sua elevação social. No entanto, no período da adolescência, deve ser tratada a relação entre o conhecimento e atividade prática, de forma que o adolescente tenha domínio prático sobre a articulação entre saber e processo produtivo para permitir o desenvolvimento cognitivo e social que produza a compreensão da realidade e garanta sua inserção e atuação (Leal & Mascagna, 2017; Abrantes & Bulhões, 2017).

As falas dos e das entrevistados/as denunciam uma relação preocupante entre estudo e trabalho, ou poderíamos dizer até uma quebra nessa relação. São jovens que não conseguem se manter nas instituições escolares pelo cansaço, pela necessidade de priorizar ter alguma renda para sobrevivência. Logo, se corrobora que o processo de ingresso no mercado de trabalho se apresenta de diferentes formas, para as diferentes classes sociais. A fala de Joana também remete a tal situação:

Tava terminando o ensino médio na época e fiquei muito sobrecarregada, tinha vez que eu sai do trabalho bem tarde e fui assaltada uma vez. Era muito ruim e esquisito. Fui contratada como recepcionista, mas eu entrava nos quartos e limpava também. Mas no tempo não tinha cabeça e saí. Eu desenvolvi alguns problemas sim, tive depressão, nessa época. (Joana).

Logo, se nota que as inúmeras mudanças ocorridas no mundo do trabalho, entre elas a inserção do modelo econômico neoliberal, colabora com o aumento da flexibilização das relações de trabalho e precarização dos postos de trabalho. Tais mudanças tem contribuído para o adoecimento de trabalhadores/as, resultado da nova configuração do mercado de trabalho que é caracterizado por altas cargas de trabalho, jornadas amplas, instabilidade, individualidade, alta competitividade, entre outros (Antunes, 2020).

O trabalho humano tem se tornado predominantemente mental, diante do contexto neoliberal que nos encontramos, ocasionando em exaustão intelectual e emocional por parte dos trabalhadores (Seligmann-Silva, 2011, citado por Araújo & Morais, 2017). A

juventude trabalhadora contemporânea se encontra como parte desse processo à medida que se forma enquanto classe trabalhadora, dando continuidade ao processo de exploração enquanto objeto de extração da mais valia.

Diante desse cenário, se questiona como fica a construção de projetos de vida e como pensam o futuro, uma vez que a inserção no mundo do trabalho e as aspirações para o futuro pessoal e profissional fazem parte do processo de construção do indivíduo no mundo. No entanto, diante de uma sociedade que se baseia na exploração do trabalho, fundamentada apenas na geração de valor, priorizando apenas ao interesse individual do capital, o desenvolvimento deste jovem será diretamente impactado (Leal & Mascagna, 2017).

No geral, eles e elas trazem que não estão satisfeitos com a sua realidade atual e querem oportunidades melhores, que garanta um modo de vida mais confortável financeiramente, a exemplo a fala de Maria: “Eu não quero trabalhar assim a vida toda. Eu quero me formar, poder oferecer pra minha filha uma vida mais confortável. Estou estudando, pra poder arrumar um emprego que possa estar mais com ela também.”

Isabela relata “Eu quero poder ajudar mais a minha família. Dá uma vida melhor pra eles. Essa loja de açaí vai me ajudar muito, é algo que vende bem”. Já Rafaela relata: Eu pretendo expandir mais. Não queria só aqui no shopping, quero abrir outra loja em outro lugar. E queria mexer com outras coisas também, outro tipo de mercadoria. No momento ainda não sei o que, exatamente. No momento não tenho nada em mente. Mas não quero só isso, não.

Apreende-se que esses jovens trabalhadores aspiram projetos de vida acerca de suas vidas profissionais. Os projetos de vida da juventude são construídos a partir das experiências vivenciadas por eles e elas, e pelas oportunidades apresentadas, ou seja, aquilo que se encontra dentro da sua realidade.

Aos jovens da classe trabalhadora mais empobrecida, a alternativa para conseguir garantir a sobrevivência é através da venda da sua força de trabalho. No entanto, o mercado se apresenta para jovem como falta de perspectiva de emprego formal, trabalhos precários e a própria situação de desemprego. Ou seja, o jovem se encontra totalmente destituído dos direitos mais básicos e impedido de superar a opressão social (Abrantes & Bulhões, 2017).

O aprofundamento das relações precarizadas a partir do contexto de Pandemia Covid-19

Com a pandemia do Covid-19, as situações já precarizadas relatadas no tópico anterior se agravaram, e o auxílio emergencial teve um lugar importante na sobrevivência desse/a jovem trabalhador/a, conforme pode ser visto a seguir:

Daí veio a pandemia e teve uma parada, a empresa que eu trabalhava disse que ia dar uma pausa, e não pôde continuar com o pagamento, então eu saí. Como a empresa precisava de máscara, eu comecei a vender máscara na pandemia e aí veio o auxílio, o que tava me dando força era o auxílio emergencial de R\$600,00 e ainda pra não ficar parado durante a pandemia eu ainda procurei vender máscara. (José).

Como afirma Antunes (2020), a classe trabalhadora precisou enfrentar uma dura escolha entre: a contaminação para manter os meios subsistência e sobrevivência, ou o desemprego com a ausência de benefícios e assistência médica adequada. Relatam o medo do contágio vivenciado na época, tendo que interromper as atividades de trabalho, pela natureza da atividade realizada:

Na pandemia, eu estava com medo de atender as clientes e as clientes estavam com medo de ser atendida por mim. A pandemia me quebrou de verdade, perdi muitas clientes, algumas viajaram, foram embora da cidade, outras mudaram de lugar. Depois que acabou a pandemia não conseguia mais voltar o fluxo de antes, eu tive que ir atrás de outra opção de trabalho. (Maria).

Antes eu vendia dindin na Rua João Pessoa, com minha cunhada. Aí começou a pandemia a gente teve que ficar em casa por conta que não podia sair e dindin também não era um negócio bom pra se vender (Isabela).

De acordo com Antunes (2020c), a classe trabalhadora encontrava-se sob intenso fogo cruzado entre a situação famélica e a contaminação virótica, nas quais, ambas, caminham para a letalidade e a mortalidade. Tais efeitos da pandemia influenciou de diferentes formas a juventude, como podemos observar nas falas de José, Maria e Isabela que contaram com a ajuda do auxílio emergencial e precisaram buscar outras formas de inserção no mercado de trabalho para garantir meios de sobrevivência.

No caso de Joana, ela conseguiu transferir o local de trabalho para o home office e, conseqüentemente, manter uma renda e garantir a sua subsistência durante o contexto pandêmico: “na pandemia eu tava trabalhando mais em casa, serviço de celular ajeitava lá ou senão, vinha pra o shopping, ajeitava e fazia a entrega... Apertou, mas deu pra sustentar o básico”.

Apesar do fim do estado de emergência relacionada a pandemia do Covid-19, decretada pela OMS em 5 de maio de 2023 e o retorno normal das atividades, o mercado de trabalho e a economia ainda não conseguiram se reestabelecer, conforme a fala de Joana:

Antes da pandemia era bem melhor, porque quando começou a pandemia o movimento tava bom, foi até no auge. Tanto que tinha dia que a gente tava consertando até de frente o shopping mesmo, com muita procura do pessoal, mas depois da pandemia, deu uma parada. Comércio pra celular piorou.

O impacto da pandemia foi muito maior para os/as trabalhadores/as, principalmente para os informais, que precisaram buscar outros campos de atuação para garantirem o mínimo para sobreviver. Em maio de 2020, no auge da pandemia, mais de 44% dos trabalhadores não receberam nem a metade da renda de costume (Carvalho & Nogueira, 2022). Até o momento, o mercado de trabalho e a economia estão se reestabelecendo, visto que, também estávamos vivendo uma crise política.

A atual gestão tem inúmeros desafios, principalmente relacionados a economia, trabalho, saúde e educação. Pontos extremamente importantes para garantir qualidade de vida para os brasileiros e o desenvolvimento do país.

Considerações Finais

O presente artigo teve como objetivo analisar as trajetórias trabalho de jovens trabalhadores/as de um shopping popular, evidenciando seus agravos após o início da pandemia do Covid-19. Diante do exposto, pode-se notar que a juventude brasileira foi afetada em vários aspectos, principalmente, no profissional e acadêmico.

A juventude brasileira das camadas mais empobrecidas da sociedade se encontra em situação de vulnerabilidade social e são marcados pela ausência do básico para sobreviver. O/a jovem, filho/a da classe trabalhadora, precisa abandonar os estudos e se inserir no mercado de trabalho mais cedo para ajudar sua família, garantir sua subsistência.

Todos os direitos conquistados ao longo dos anos foram se desfazendo com o passar a adoção da política neoliberal, enfraquecimento dos sindicatos, fragmentação da classe trabalhadora, aumento da precarização. Essa é a situação do mercado de trabalho encontrado pelo/a jovem. Sabendo que o/a jovem está formando seu projeto de vida e na busca pela autonomia, se faz necessário um posicionamento em relação a luta de classes,

e na busca de condições do desenvolvimento pleno através de educação de qualidade, uma sociedade sem classes (Abrantes & Bulhões, 2017).

Apenas as lutas da classe trabalhadora, dos movimentos negro, da juventude e feminista podem se articular contra as diversas formas de exploração do capital (Antunes, 2020c). Sabendo disso, somos levados a aprofundar o conhecimento acerca das mudanças no mundo do trabalho e como elas impactam os jovens, como também aspectos relacionados a saúde física e mental do jovem trabalhador.

Referências

- Abramo, H. W.; Venturi, G. & Corrochano, M. C. (2020). Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. *Novos Estudos CEBRAP*. 39(3), 523–542. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030004>
- Abrantes, A. A. & Bulhões, L. (2017). Idade adulta e o desenvolvimento psíquico na sociedade de classes: juventude e trabalho. *Periodização Histórico-Cultural do Desenvolvimento Psíquico: do nascimento à velhice* (pp. 241-265). Campinas: Autores Associados.
- Antunes, R. (2020). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2020b). Qual é o futuro do trabalho na era digital? *Labore*. Ano III, N°4, pp 6-14. <https://doi.org/10.33637/2595-847x.2020-46>.
- Antunes, R. (2020c). *Coronavírus: o trabalho sobre o fogo cruzado*. 1. ed. São Paulo: Boitempo.
- Araújo, M. R. M. de & Moraes, K. R. S. de (2017). Precarização do trabalho e processo de derrocada do trabalhador. *Cad. psicol. soc. trab.*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 1-13. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172017000100001&lng=pt&nrm=iso
- BRASIL. Lei n° 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Lei da Aprendizagem.
- Carvalho, S. S. de & Nogueira, M. O. (2022) trabalho precário e a pandemia: os grupos de risco na economia do trabalho. *Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil*. p. 101-124. Brasília: Ipea.
- Cavalcanti, T. M. (2021). *Sub-humanos: capitalismo e a metamorfose da escravidão*. 1° ed. São Paulo: Boitempo.
- Hirata, H. Kergoat, D. (2007). *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*.
- IBASE (2023). Pesquisa da FGV aponta aumento da desigualdade social após a

- pandemia. https://ibase.br/pesquisa-da-fgv-aponta-aumento-da-desigualdade-social-apos-a-pandemia/?gclid=Cj0KCQjwk96lBhDHARIsAEKO4xa2rS60-aauxzXpTOxIXgDkfeLyUmwAKu2AYjsqjX1v6JgxZBH0tqoaAosfeALw_wcB
- IBGE (2023). Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (PNAD contínua): desemprego. Rio de Janeiro.
- Leal, Z. F. de R. G & Mascagna, G. C. (2017). Trabalho, educação e formação omnilateral. Periodização Histórico-Cultural do Desenvolvimento Psíquico: do nascimento à velhice (pp. 241-265). Campinas: Autores Associados.
- Machado, M. S. (2009). Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? Trabalho Remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres. Recife: SOS Corpo.
- Marcondes, M. M. (2014). O dia deveria ter 48 horas: práticas sociais do cuidado e demandas das mulheres brasileiras por políticas públicas para a sua democratização. Trabalho Remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres. Recife: SOS Corpo.
- Matos, M. B. (2019). A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo. 1º ed. pp. 112-118. São Paulo: Boitempo.
- Minayo, M. C. S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017.
- Mello, S. L. de (2022). A violência urbana e a exclusão dos jovens. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social (pp. 131-142). Editora Vozes.
- Navarro, V. L. & Maciel, R. H. & Matos, T. G. R. (2017). A questão do trabalho no Brasil: uma perspectiva histórica a partir do desenvolvimento industrial. Psicologia Social do Trabalho (pp. 25-48). Petrópolis, RJ: Vozes.
- OIT (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO). (2020) Ilo monitor: Covid-19 and the world of work. Fourth edition. Updated estimates and analysis. https://www.ilo.org/global/topics/coronavirus/impacts-and-responses/WCMS_745963/lang--en/index.htm
- OIT. (2009) Trabalho decente e juventude no Brasil. Brasília: Organização Internacional do Trabalho.
- Pessoa, M. C. B & Alberto, M. F. P. & Lucas, A. P. (2017). Desenvolvimento Juvenil e projetos de vida.

- Pessoa, M. C. B. (2017). Política de formação profissional e contextos sociais: trajetórias e projetos de vida de jovens. Tese (Doutorado). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.
- Ribeiro, L. S. (2020). Políticas públicas para juventude no Brasil: um estudo do programa Jovem Aprendiz (2005-2018). Revista Iniciativa Econômica. v. 4, n.2. <https://periodicos.fclar.unesp.br/iniciativa/article/view/11729/9103>

4 ARTIGO 3 - JOVENS TRABALHADORAS DE UM SHOPPING POPULAR: CONDIÇÕES DE VIDA MARCADAS POR GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as inserções de jovens trabalhadoras nos mundos do trabalho, considerando os âmbitos produtivo e reprodutivo. Tomou-se como base teórica a perspectiva da divisão sexual do trabalho. Participaram do estudo 5 jovens trabalhadoras. Os resultados foram analisados com o auxílio do MaxQDA, emergindo os temas: Quem são essas mulheres? A inserção no trabalho produtivo; O trabalho reprodutivo e do cuidado e A conciliação com o trabalho produtivo. Encontrou-se que, apesar dos avanços em vários âmbitos da vida e a posição da mulher perante a sociedade, ainda há permanências principalmente na esfera do trabalho reprodutivo.

Palavras-chave: trabalho e gênero, divisão sexual do trabalho, juventude trabalhadora

Introdução

Se voltarmos a década de 70, vamos observar inúmeras mudanças no mundo. Com muita luta, a mulher tem conquistado espaço na sociedade, no mercado de trabalho e em cargos de chefia, no entanto, ainda há muito a se conquistar, ainda são inúmeros desafios a serem superados. Entre eles a opressão do sistema capitalista que impõem as mulheres o trabalho de cuidado, da família e o trabalho produtivo. Tal opressão se apresenta em postos de trabalho precarizados, instáveis e salários menores.

No primeiro trimestre do ano de 2023, a taxa de desemprego entre as mulheres é de 10,8%. Uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em dezembro de 2022, aponta que a cada 10 mulheres em idade para trabalhar, apenas 5 participam do mercado (trabalhando ou buscando emprego). O estudo aponta também para as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, entre elas está: a discriminação salarial e a sub-representação feminina em cargos de gestão.

Somos resultado de uma colonização de exploração, somos um país patriarcal que acredita que as atividades domésticas são de responsabilidades das mulheres, o que acarreta no trabalho doméstico majoritariamente feminino. De acordo com o IBGE, o Brasil possui 5,8 milhões de trabalhadoras domésticas, sendo que três em cada quatro trabalhadoras, são informais. Outro fato importante é que 66% são mulheres pretas e pardas (G1, 2023).

Compreende-se que a construção do ser humano apresenta um caráter relacional, ou seja, sua formação não depende apenas da existência de outro sujeito, mas sim, das relações sociais e do meio histórico no qual se encontram. Logo, gênero, raça e classe social fazem parte desse processo e tem seu efeito potencializado na medida em que são determinadas de forma isolada, podendo considerar a história de vida e seus nexos (Saffioti, 2004).

Rigorosamente, os seres humanos nascem macho e fêmea, no entanto, a identidade social é construída. Tal construção, se dá a partir das diferentes atividades que a sociedade espera que sejam desempenhadas a partir das categorias do sexo: atividades e condutas aceitas para homens e atividades e comportamentos admitidos para as mulheres. Aos homens, são atribuídas as atividades produtivas e com maiores valores sociais (políticos, religiosos, militares), enquanto às mulheres são atribuídas as tarefas reprodutivas (Saffioti, 1987; Hirata & Kergoat, 2007).

Hornhardt (2019) reforça que é necessário debater sobre o trabalho reprodutivo ou de produção de vida, como o trabalho doméstico. Tradicionalmente, o papel na família e papel doméstico eram assumidos inteiramente pelas mulheres, enquanto o homem assumia o papel do provedor. Esse modelo tem sofrido modificações, onde a mulher precisa conciliar a vida familiar e profissional (Hirata & Kergoat, 2007).

O trabalho da jovem mulher, historicamente, assume esse lugar. Até mesmo quando se olha o trabalho infantil, elas que assumem majoritariamente o Trabalho Infantil Doméstico (TID). O trabalho doméstico realizado por crianças e adolescentes compõe a lista das piores formas de trabalho infantil porque expõe crianças e adolescentes a inúmeros riscos: lesões por esforço repetitivo e exposição a produtos químicos e queimaduras. Os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADC) de 2019 apontam que naquele ano havia 1,8 milhão de pessoas de 5 a 17 anos se encontram em situação de trabalho infantil. O levantamento também mostrou que 60% dessa população é composto por meninas e 66,1% dessa população é negra.

Quando se pensa o trabalho fora da esfera do lar, essa perspectiva muda, o que se percebe é uma marginalização das mulheres do mercado de trabalho, que resultou em uma extensa camada de desemprego feminino que posteriormente gerou um exército de mão de obra reserva e o capitalismo passou a aceitar a força de trabalho feminina da forma mais precarizada possível. O capitalismo se aproveita do trabalho feminino especialmente de forma precária e sempre considerou natural a função social da mulher como

reprodutora, já que é impossível absorver toda a mão de obra potencial representada por todos os membros adultos (Lovatto, 2018).

Logo, compreender o aprofundamento das opressões a partir das relações de gênero, raça e classe se faz relevante para desvendar as desigualdades enfrentadas pelas mulheres, que vão muito além das diferenças entre homens e mulheres. É preciso colocar em destaque o sistema opressor que opera sobre essas categorias e que vão produzir as desigualdades sociais, de classes e raça, de sexualidade, entre outros.

Para Saffioti (2004), o capitalismo contemporâneo é estruturado por gênero, raça e classe. Tais estruturas atuam de forma interligadas como em um nó, no entanto, dependendo da circunstância, cada categoria pode adquirir formas distintas, bem como, outras estruturas podem perpassar pelo nó, como por exemplo: racismo, discriminação, entre outros. A autora faz o comparativo com um nó, tendo em vista que é inviável analisar um processo separado do outro. Sendo assim, não há três processos distintos, mas sim, várias faces de um mesmo processo (Hornhardt, 2019).

Trazendo para a nossa realidade, a metáfora do nó vai buscar analisar as relações de trabalho produtivo e reprodutivo a partir dos processos de gênero, raça e classe, na tentativa de compreender a complexidade que envolve tais relações. Gênero, raça e classe são processos distintos, com lógicas distintas, mas ao se misturarem, alteram suas perspectivas e geram uma nova realidade (Hornhardt, 2019).

Na busca por compreensão de tal processo, este artigo tem como objetivo analisar as inserções de jovens trabalhadoras nos mundos do trabalho, considerando os âmbitos produtivo e reprodutivo. Ele é um fruto de uma pesquisa maior, que no princípio não teve a intensão de olhar tais dimensões. Contudo, a vivência das mulheres trabalhadoras, os processos de opressões nos quais estavam envolvidas, saltaram aos olhos. Nesse sentido, não poderíamos nos furtar de fazer tais análises.

Metodologia

A pesquisa foi realizada em um shopping popular que se localiza no centro da cidade de Campina Grande, na Paraíba. Esse local foi criado com o objetivo de retirar os/as ambulantes (comerciantes irregulares) que ocupavam as ruas do centro comercial da cidade. É possível encontrar equipamentos e acessórios eletrônicos, bem como venda, troca e conserto, também é possível encontrar artigos de vestuário, brinquedos e atraem clientes pela variedade e o preço acessível dos produtos e serviços.

Participantes

Participaram deste estudo cinco jovens trabalhadoras, suas caracterizações estão descritas na tabela 1 que segue abaixo:

Tabela 1. Caracterização das jovens trabalhadoras

Participante	Idade	Raça/cor	Escolaridade	Estado Civil	Filhos
Maria	29 anos	Branca	Ensino superior incompleto	Solteira	Sim
Rafaela	23 anos	Branca	Ensino médio incompleto	Casada	Sim
Isabela	18 anos	Parda	Cursando ensino médio	Solteira	Não
Fernanda	19 anos	Negra	Ensino médio completo, curso técnico incompleto	Solteira	Não
Joana	25 anos	Negra	Ensino médio completo, curso técnico completo	Solteira	Sim

Instrumentos

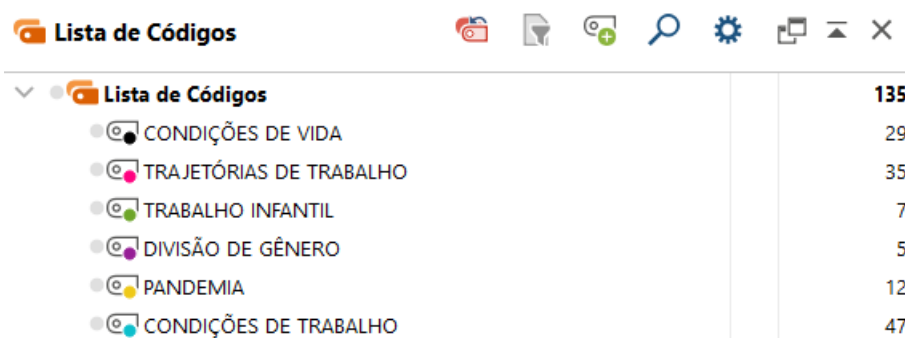
Inicialmente, foi realizada observação do campo de pesquisa, onde foi aprofundado o conhecimento acerca da realidade do ambiente de trabalho, bem como as perspectivas e expectativas presentes no campo da atividade. Foi utilizado como ferramenta de registro, o diário de campo, a partir das observações percebidas no ambiente que não puderam ser captadas na entrevista. Foi realizada entrevista aberta, onde as jovens trabalhadoras puderam relatar suas trajetórias de trabalho e os papéis que desempenham em suas vidas.

Procedimentos

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética, conforme a resolução 466/12 e foi submetido através do CAAE 60618122.0.0000.5187 e aprovado de acordo com o parecer 5.647.990. As participantes tiveram ciência de todos os procedimentos, bem como os riscos e benefícios da participação neste estudo. Após a participação confirmada, todos tiveram acesso ao TCLE/AIUV (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Termo de Autorização de uso de Imagem, Voz e Vídeo), autorizando o uso dos recursos de áudio e confirmando sua participação.

Análise de dados

Para a análise de dados desta pesquisa, foi utilizado o software MAXQDA, o qual auxiliou na categorização das informações relevantes dos dados coletados através de códigos estabelecidos de acordo com os objetivos deste estudo e permitiu estabelecer conexões entre os dados qualitativos e as variáveis sociodemográficas. Foram gerados os seguintes códigos, conforme a figura abaixo:



Lista de Códigos	
Lista de Códigos	135
CONDIÇÕES DE VIDA	29
TRAJETÓRIAS DE TRABALHO	35
TRABALHO INFANTIL	7
DIVISÃO DE GÊNERO	5
PANDEMIA	12
CONDIÇÕES DE TRABALHO	47

Resultados e discussão

Os resultados estão organizados em subtítulo da seguinte forma: *Quem são essas mulheres?; A inserção no trabalho produtivo; O trabalho reprodutivo e do cuidado e A conciliação com o trabalho produtivo.*

Quem são essas mulheres?

Participaram deste estudo cinco jovens trabalhadoras, com faixa etária entre 18 e 29 anos. Duas se autodeclararam negras, duas se declararam branca e uma se declarou parda. A maioria delas concluiu o ensino médio, mas formam diferentes combinações relacionadas ao processo de escolarização: Uma ainda não concluiu ensino médio; uma concluiu ensino médio e curso técnico; uma concluiu o ensino médio e não conseguiu concluir um curso técnico iniciado anteriormente; uma está cursando ensino superior; e está cursando o ensino médio. Entre os motivos que as levaram a interromper o período escolar estão gravidez na adolescência e a necessidade de ingressar no mercado de trabalho mais cedo para conseguir a sua subsistência.

Eu estudava e parei de estudar por conta que eu engravidei, nisso dei um tempo e deixei pra lá. Depois eu voltei... No começo foi bem difícil por conta que eu não esperava, mas depois fui me acostumando e me adaptando. (Rafaela)

Percebe-se que, o trabalho produtivo da mulher é prejudicado durante o período gestacional, no qual diminui a sua capacidade de produção, e a inserção no mercado de

trabalho ocasiona a ausência do lar e pode comprometer suas competências domésticas se tornaram algumas das justificativas para a marginalização e precarização do mercado para as mulheres (Alves, 2013).

Uma das participantes relatou ainda situações de violência psicológica pelo ex-companheiro, onde ele desejava que a parceira não estudasse e se dedicasse apenas as atividades domésticas e familiares.

Meu ex-marido era um infeliz. Não queria que eu estudasse, ele fazia maior inferno na minha vida pra não estudar. Teve uma vez que ele tentou me manipular, aí ele disse: “pare de estudar na escola que você está, que vou começar a estudar com você em tal escola.” Eu acreditei e parei de estudar. Eu ficava insistindo: “vamos fazer a matrícula” e ele nada de fazer. Só que no meu coração eu não tinha desistido eu queria voltar. Só que depois que tive uma filha foi muito mais difícil...
(Maria)

Esses relatos remetem ao modelo da família que é imposto socialmente. A formação social da família brasileira pode ser caracterizada por sua característica tradicional, a partir do modelo patriarcal. Esse modelo herda traços da colonização portuguesa, fundamentada no direito paterno, com a ideia de que o homem é o chefe da família e a mulher, submissa ao marido, se mantinha reclusa, delimitada ao trabalho doméstico e reprodutivo.

Ao longo do tempo, juntamente com os avanços nos processos industriais e a inserção de novas tecnologias, houve transformação nas concepções de famílias, visto que, havia famílias em que os maridos passavam meses distantes e nesses períodos, as mulheres que chefiavam, as mulheres foram se inserindo nos mercados de trabalho (Alves, 2013). Apesar de ser um modelo apresentado há muitos anos, ainda pode ser percebido nas configurações das famílias atuais, conforme pode ser confirmado na fala exposta acima.

Logo, se reproduz uma lógica onde cabe a mulher a esfera produtiva do trabalho, que tentar sair desta acarreta também uma série de impactos na vida dessa mulher, que muitas vezes acaba sendo julgada como negligente em relação aos seus papéis mais tradicionais.

A inserção no trabalho produtivo

O que todas possuem em comum, é o fato de terem ingressado no mercado de trabalho, antes da faixa etária ideal, ainda durante adolescência. O detalhamento em relação a isso pode ser visto na tabela 2 que segue abaixo:

Tabela 2. Inserção no trabalho produtivo

Participante	Idade que começou a trabalhar	Inserção	Função
Maria	16 anos	Informal	Caixa de supermercado
Rafaela	16 anos	Informal	Vendedora
Isabela	16 anos	Informal	Vendedora ambulante
Fernanda	17 anos	Jovem Aprendiz	Assistente administrativo
Joana	14 anos	Jovem Aprendiz	Setor de vendas

Como mostram os dados, três delas tiveram sua inserção no mercado de trabalho a partir das relações de informalidade, mas vale a pena chamar a atenção para o fato de, as duas que conseguiram se inserir de maneira formal foi a partir de uma política pública voltada para a inserção de adolescente e jovens no mercado de trabalho, considerando a condição peculiar de desenvolvimento. Esse foi o caso de Fernanda e Joana, que entram no mercado a partir do Programa Jovem Aprendiz.

Tal política tem como premissa garantir aos jovens a inserção no mercado de trabalho pela via formal, mesmo sem experiência, com carga horária reduzida para promover a conciliação entre trabalho e estudo, bem como, férias e benefícios de acordo coletivo (Ribeiro, 2020). A proposta é de uma formação teórico-metódica, a partir de um curso técnico profissionalizante e prática em uma empresa, cujo cargo deve estar relacionado ao curso realizado.

Já as relações informais de trabalho, vem sobretudo a partir da inserção no trabalho através de algum parente. Como revelam as falas de Rafaela e Isabela abaixo:

Eu trabalhava com minha tia. Faz 1 ano que eu saí de lá e botei aqui pra mim... Quando eu comecei a trabalhar eu tinha 16 anos com ela, aí passei 7 anos com ela e sai, abri aqui pra mim faz um ano... Eu trabalhava vendendo óculos... Com uns 2 meses eu já sabia mexer tudo. (Rafaela)

Eu comecei a trabalhar vendendo din-din na rua João Pessoa, com minha cunhada. Aí começou a pandemia a gente teve que ficar em casa por conta que não podia sair e din-din também não era um negócio bom pra se vender. Eu tinha um namorado que trabalhava no shopping e ele fazia a mesma coisa que eu no começo que era chamar. Aí apareceu uma vaga em uma lojinha e meu irmão estava precisando e eu passei pro meu irmão. Só que não deu certo pra ele e ele não trabalhou aí no shopping, aí quando foi na outra semana apareceu outra vaga aí foi daí que eu vim (Isabela).

A fala de Rafaela corroboram o que discutem Alves (2013) e Saffioti (1979) ao refletirem sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho. Afirmam que esta se configura sobretudo como uma inserção essencial para colaborar com a sobrevivência da família. No entanto, para as mulheres, durante o período fabril, ao atingirem a escolarização média, eram encaminhadas para o trabalho de vendedora e secretária, enquanto para os homens é mais fácil encontrá-los em cargos de chefia.

Essa situação ainda é realidade no Brasil, pois, mesmo com as conquistas das mulheres, o mercado se apresenta com uma série de tabus e exigências, as quais subestimam a capacidade da mulher e sempre buscando colocar a mulher na posição de dona de casa, mãe e esposa exemplar. Fato esse, que pode ser corroborado com as falas das participantes, que ao se inserirem no mercado de trabalho, que durante a adolescência, ocuparam cargos de vendedora e caixa de supermercado.

Embora muito se fale em avanços tecnológicos e em processos de globalização e mundialização, percebe-se que as consequências da mundialização para o trabalho apresentam um aumento da participação feminina no mercado de trabalho, no entanto, atrelado a esse crescimento, observa-se o aumento de sua precarização e vulnerabilidade. Visto que o mercado se apresenta, frequentemente, instáveis, mal remunerados, desvalorizados socialmente, sem oportunidades de promoção e carreira e com direitos sociais limitados ou inexistentes (Hirata, 2009).

O trabalho reprodutivo e do cuidado

Três participantes têm filhos e precisam se desdobrar entre o trabalho produtivo e trabalho doméstico e familiar. Destas, uma foi mãe na adolescência e precisou alterar todo o curso da sua vida. Precisou deixar de estudar e buscar estabilidade no mercado de trabalho para garantir a sua subsistência e a da sua prole. Duas tiveram filhos quando jovens, no entanto, precisaram assumir, também, o trabalho familiar.

Depois que casei e tive uma filha foi muito mais difícil... Era muito mais difícil, tinha que arranjar pessoa pra deixar ela e as vezes não conseguia... Eu era casada, mas meu ex-marido era um irresponsável, ele não pensava em mim e na filha dele, então eu que tinha que dar o gás e me virar. (Maria)

O processo de inserção da mulher no mercado de trabalho se deu de modo desigual e diferenciado. as mulheres precisaram desempenhar múltiplas funções dentro das esferas produtivas e reprodutivas. Na tentativa de conciliar as velhas responsabilidades (o trabalho reprodutivo) as novas responsabilidades (trabalho produtivo) o resultado é sobrecarga e a sensação de incapacidade. Sobrecarga, empregos precários, jornadas flexíveis, ou a não inserção no mercado de trabalho, e/ou a delegação de algumas atividades são algumas das estratégias desenvolvidas pelas mulheres (Marcondes, 2014).

As queixas relacionadas aos companheiros e suas participações na esfera doméstica, são históricas e culturais. A responsabilização da mulher pela esfera doméstica continua presente. No caso de Maria, vemos uma tentativa do modelo de delegação (Hirata), no qual ela tenta arrumar outra mulher para cuidar da filha, e assim conseguir trabalhar fora de casa. Quando não conseguia, cabia a ela dar conta da dupla jornada, ou as vezes tripla.

Uma das participantes não possui filhos, porém, absorveu a responsabilidade familiar dos seus irmãos mais novos:

Eu acho que sou a mais velha que tá dentro de casa, que os mais velhos já foram embora... Eu me sinto muito feliz em ajudar minha mãe e de vez em quando eu me sinto triste, porque não tem como ajudar mais e as vezes fica difícil pra mim... Tem dia que tipo minha mãe não tinha condição de comprar o material da minha irmã, aí quem comprou esse ano foi eu.” (Isabela)

Essas mulheres falam das adaptações e responsabilidades relacionadas ao cuidado que vão precisando assumir ao longo da vida. Logo, falam do cuidado enquanto prática social sustentada pela divisão sexual do trabalho que atribui a mulher atender as necessidades humanas concretas (necessidades como vestuário, alimentação, entre outros), emocionais e psicológicas (Machado, 2009).

Nota-se que o trabalho reprodutivo e doméstico permanece sob a responsabilidade das mulheres, mesmo quando não são mães. Como pode ser visto nas falas acima, e como via para driblar essas tarefas, as mulheres têm assumido mais de uma jornada de trabalho, que se sustenta a partir do modelo de delegação de tarefas, onde as mesmas delegam suas funções domésticas e/ou maternais para outras mulheres com o objetivo de conseguir desempenhar suas funções produtivas (Hirata & Kergoat, 2007). Tal questão pode ser notada na fala de Rafaela que segue: *“Eu pago uma pessoa pra ficar com ele durante o dia todo, de manhã e tarde ele estuda. Quando saio daqui pego ele na casa da menina.*

Martins (2008, citado por Ávila, 2009) considera a sociedade brasileira como uma modernidade frágil, marcada pela diversidade dos tempos, porém, faltando as características coerentes. Ou seja, a promessa de igualdade é carregada de processos contraditórios. Na prática, esse processo se apresenta nas diversas esferas sociais, como por exemplo, nas relações entre trabalho remunerado e trabalho doméstico gratuito, lazer, trabalho, descanso e desenvolvimento pessoal.

A divisão sexual do trabalho atribui as mulheres a esfera reprodutiva e para os homens a esfera produtiva. O trabalho doméstico continua sendo inseparável da sociedade salarial e de responsabilidade da mulher gerando um novo conceito de exploração, o qual não passa pelo processo de extração da mais-valia, porém, naturaliza esta atividade e camufla o processo de exploração da atividade feminina (Ávila, 2009).

Tal questão traz para o cerne do debate a mundialização do *care*, que está relacionado tanto com o trabalho remunerado, quanto ao trabalho doméstico na família. O primeiro, está relacionado ao processo de delegação, onde famílias de nível econômico mais elevado contratam mulheres pobres para desempenharem. Enquanto o segundo, está relacionado as qualidades ditas femininas (o cuidado com o outro e a competência relacional) em cuidar de crianças, idosos e doentes na esfera doméstica (Hirata, 2009).

A conciliação com o trabalho produtivo

A atividade produtiva que elas desempenhavam no momento da pesquisa são bem parecidas, todas trabalham no setor de vendas e duas participantes, atuam também no setor de serviços. Setores historicamente ocupado por mulheres. Todas são contratadas e precisam cumprir carga horária, sendo responsáveis pela abertura e fechamento das lojas. Outro elemento importante é que não possuem um horário de almoço específico e precisam se desdobrar dentro do próprio ambiente de trabalho, exceto uma que trabalha no seu próprio negócio.

Eu pego às 08:00h até as 17:30h... Eu tinha horário de almoço, porém, quando a menina saiu, eu não tinha mais horário de almoço, porque não tinha com que deixar a loja e ela disse que não poderia tirar mais horário de almoço, tinha que almoçar na loja.” (Maria)

A flexibilização e precarização do trabalho atinge tanto os homens, quanto as mulheres. No entanto, acontece de forma diferente para homens e mulheres. Além da exigência de alto nível de formação escolar, também há excesso de concorrência masculina. E quando a mulher se encontra em cargos de chefia, as relações com os subordinados homens, normalmente, é fonte de conflito (Hirata, 2009).

A precarização do mercado de trabalho para a mulher, se sustenta no fato que as empresas se utilizam da flexibilidade para oferecer as mulheres empregos com menor duração para que a mulher garanta a conciliação entre vida familiar e vida profissional. Tais interesses estão diretamente ligados ao sistema patriarcal reproduzindo as desigualdades entre os gêneros (Rosa & Quirino, 2017).

Ao relatar como se sentem, as falas remetem ao cansaço, exaustão, pressão, sobrecarga. A fala de Maria demonstra o que Hirata e Kergoat (2007) quase que uma mistura entre os modelos tradicionais e de conciliação, quando a mulher acaba sendo responsabilizada sozinha e precisa se empenhar para conseguir realizar todas as atividades:

Teve uma vez que cheguei em casa chorando e me abracei com minha mãe, minha mãe é minha confidente sabe de tudo da minha vida. Eu me abracei com ela e só fazia chorar e ela me perguntou o motivo e eu dizendo que era pressão psicológica, porque já estava difícil, né?! Meu ex-marido era um irresponsável, trabalhava quando queria, se o patrão desse uns gritos nele, ele voltava pra casa, ele não pensava em mim e na filha dele, então eu que tinha que dar o gás e me virar. Eu tinha a consciência que não queria ficar desempregada de jeito nenhum. (Maria)

A reprodução social elabora padrões éticos diferenciados para homens e mulheres. Ou seja, as mulheres são responsáveis pelas atividades domésticas e cuidado da família e quando o homem não cumpre com a sua função de "ajudar", ainda é responsabilidade da mulher dar conta de todas as tarefas (Marcondes, 2009).

No entanto, a sobrecarga provocada pelo excesso de atividades, não permite que as mulheres tenham um tempo para si, fato esse, que pode provocar desgaste físico e emocional. No estudo produzido pelo SOS Corpo, a maioria das mulheres relatam que

necessitariam que o dia tivesse 48 horas, pois o tempo passa muito rápido e não é suficiente para finalizar todas as tarefas (Machado, 2009).

Na tentativa de conciliar todas as tarefas, as mulheres criaram, como prática social o familismo. Se trata de uma prática onde há um padrão de relação, uma rede apoio formada por mulheres, mães, filhas, avós, vizinhas e/ou tias que estão à disposição para atender as demandas dos membros da família que trabalham fora (Marcondes, 2009). Rafaela traz elementos que demonstram a delegação a outras mulheres que acabam assumindo o trabalho reprodutivo, para que ela consiga trabalhar fora de casa:

Moro com minha mãe assim, não tem esse negócio de tá fazendo as coisas muito. Só mais finais de semana, quando eu chego em casa já está tudo pronto por conta que moro com ela. Eu pago uma pessoa pra ficar com ele [o filho] durante o dia todo, de manhã e tarde ele estuda. Quando saio daqui pego ele na casa da menina.”
(Rafaela)

Logo, outra mulher assume o trabalho de cuidar da criança, normalmente, esse trabalho passará a ser realizado por um grupo de mulheres da classe mais empobrecidas socialmente. Apesar da existência desse modelo de delegação que visa substituir o modelo de conciliação, a gestão desse trabalho ainda é da competência de quem delega, que no caso é, a mulher.

É importante salientar no relato de Joana que, além da rede de apoio da mãe, também consegue contar com uma política pública voltada para a educação infantil: “Corrido né?! E cansativo... Ela passa o dia na creche, aí minha mãe pega ela. Que minha mãe só trabalha a noite e quando eu chego do trabalho eu fico com ela.” As políticas públicas são criadas com o objetivo de diminuir as desigualdades. Nesse aspecto, as creches são a principal medida tomada pelo governo objetivando diminuir a sobrecarga de trabalho, bem como, colaborar com as mulheres que não possuem rede de apoio disponível para delegar o cuidado dos filhos enquanto trabalham (Marcondes, 2009).

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo analisar as inserções de jovens trabalhadoras nos mundos do trabalho, considerando os âmbitos produtivo e reprodutivo. E pode ser concluído que, ao longo dos anos, apesar dos avanços em vários âmbitos da vida e a posição da mulher perante a sociedade ter se modificado, as atribuições do trabalho doméstico e reprodutivo, ainda são de responsabilidade da mulher.

O sistema capitalista sempre opera de forma a garantir a sua estabilidade e a libertação da mulher de suas funções que fora tradicionalmente criada para desempenhar, teve como objetivo aumentar a sua mão de obra. Sendo assim, a mulher passou a se sobrecarregar de atividades, com duplas jornadas, para obterem a igualdade de oportunidades no âmbito profissional.

Apesar da consciência de tal opressão social e da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, as mulheres permanecem mantendo essa estrutura, visto que, a sua presença no mercado de trabalho colabora na manutenção da subsistência da sua família. Sendo assim, este estudo exige uma maior dedicação ao campo na busca de levantar mais possibilidades de atuação da psicologia em favor da redução das desigualdades de gênero e promoção do empoderamento feminino, inclusive em outros contextos laborais.

Referências

- Alves, A. E. S. (2013). Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família.
- Ávila, M. B. (2009). Vida cotidiana: um desafio teórico e político para o feminismo. Cadernos de Crítica Feminista. Ano 3, N. 2. Recife: SOS Corpo: Instituto Feminista para a Democracia.
- Brasil. (2022). O trabalho infantil doméstico no Brasil: análises estatísticas. Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil (FNPETI).
- Hirata, H. Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho.
- Hirata, H. (2009). Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. Cadernos de Crítica Feminista. Ano 3, N. 2. Recife: SOS Corpo: Instituto Feminista para a Democracia.
- Hornhardt, A. M. (2019). Interseccionalidade, consubstancialidade e metáfora do nó: A importância das lentes analíticas para a compreensão da imbricação de gênero, raça e classe. Anais do Colóquio Marx e o Marxismo 2019: Marxismo sem tabus – enfrentando opressões.
- Lovatto, A. (2018). Heleieth Saffioti e o pioneirismo nos estudos do feminismo no Brasil.
- Machado, M. S. (2009). Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? Trabalho Remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres. Recife: SOS Corpo.
- Marcondes, M. M. (2014). O dia deveria ter 48 horas: práticas sociais do cuidado e demandas das mulheres brasileiras por políticas públicas para a sua democratização.

Trabalho Remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres. Recife: SOS Corpo.

- Ribeiro, L. S. (2020). Políticas públicas para juventude no Brasil: um estudo do programa Jovem Aprendiz (2005-2018). *Revista Iniciativa Econômica*. v. 4, n.2. <https://periodicos.fclar.unesp.br/iniciativa/article/view/11729/9103>
- Rosa, M. A. G. & Quirino, R. (2017). Trabalho produtivo e trabalho reprodutivo na vida das mulheres: estudo de caso em uma indústria têxtil de Minas Gerais. *Polêmica*. v. 17, n.4. p. 66-80. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/34304/24294>
- Saffioti, H. I. B. (2004). Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. Políticas públicas e igualdade de gênero (pp. 35-42). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).
- Saffioti, H. I. B. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.
- Saffioti, H. I. B. (1979). *A mulher na sociedade de classes: mito ou realidade*. Petrópolis: Editora Vozes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo geral analisar as trajetórias de trabalho acessadas por uma juventude trabalhadora que vivenciou os impactos da pandemia do Covid-19, considerando os aprofundamentos das desigualdades a partir das relações de classe, gênero e raça. Através das falas dos participantes, pode-se observar que eles ainda estão construindo seus projetos de vida e que não estão satisfeitos com a situação que vivenciam nesse momento.

Este estudo foi inicialmente desenvolvido através de revisão bibliográfica da literatura, onde pode ser desenhado um panorama das mudanças ocorridas no mundo do trabalho desde a década de 1970, com a eclosão da política neoliberal e a inserção de novas tecnologias que resultariam na fragilização e instabilidade das relações trabalhistas. A ausência de políticas públicas para esse grupo também tem sido um fator agravante, visto que a própria geografia brasileira e a forma como se deu o processo de expansão do território brasileiro já desfavorece a massa da população nos âmbitos social e econômico.

Os relatos dos participantes acerca da sua trajetória trabalhista revelam a inserção no mercado de trabalho ainda na adolescência e são marcados por informalidade, instabilidade e precarização dos postos de trabalho e das relações trabalhistas. As principais causas de tais inserções precoces, está relacionada a falta de condições de subsistência e gravidez.

Para as mulheres, o processo de inserção no mercado de trabalho possui mais um fator agravante, o trabalho de cuidado e reprodutivo. As jovens relataram ao longo de todo o seu discurso o sofrimento de precisar de desdobrar entre os trabalhos produtivo, reprodutivo e do cuidado com a família. O abandono a escola para conseguir conciliar estas atividades é apenas uma das consequências que essas jovens precisaram enfrentar.

Desta forma, concluímos que para os jovens da classe trabalhadora, suas trajetórias no mercado de trabalho são marcadas pela desigualdade de gênero, raça e classe. As oportunidades se apresentam de forma distinta para homens e mulheres, negros/as e brancos, ricos e pobres. E quem mais sofre com essas desigualdades são as mulheres, negros/as e pobres.

Como fator agravante, tivemos a pandemia do Covid-19, que se apresentou de forma desafiadora para estes grupos garantirem a sobrevivência. O governo, após muitas lutas, concedeu o Auxílio Emergencial, como forma de tentar garantir o mínimo para a massa da população. No entanto, nem todos conseguiram garantir o auxílio e outros casos,

não era o suficiente para garantir a sobrevivência de toda a família e precisaram se expor ao risco de se contaminar ou contaminar um membro da família para aumentar a renda.

Esse processo acabou por colaborar com a intensificação da uberização do trabalho e popularização da política neoliberal. Apesar do fim do estado de emergência da pandemia, os estragos causados por ela ainda perduram para toda a população, principalmente, para os jovens que se encontram no início de sua vida profissional e se deparam com um mercado de trabalho totalmente fragilizado e isento de garantias e direitos.

Sendo assim, espera-se que esta dissertação colabore para o conhecimento da comunidade científica e da população geral acerca das trajetórias de trabalho dos e das jovens, bem como as dificuldades encontradas por eles e elas. Espera-se ainda que através dos encontros dessas histórias, seja possível uma identificação por parte desses trabalhadores e trabalhadoras, colaborando para a construção de uma consciência de classe e a importância da luta por seus direitos e garantias, bem como as autoridades estatais a implementar políticas para os jovens trabalhadores a fim de minimizar as desigualdades sofridas por eles.

Também se faz necessário fomentar a continuidade de estudos na área com a finalidade de aperfeiçoar este estudo e buscar novas possibilidades para a juventude trabalhadora que já se encontra inserida no mercado de trabalho e a que ainda irá se inserir.

Os relatos desses jovens trabalhadores nos fazem refletir acerca dos processos de inserção e dos mecanismos desempenhados para se manterem inseridos no mercado de trabalho. Depreende-se que eles se encontram tão imersos nesses processos que não possuem a consciência do sistema opressor capitalista aos quais estão submetidos, bem como, não compreendem o quanto os seus projetos pessoais e profissionais estão sendo esquecidos e sem investimento.

Para esta pesquisadora, que também é jovem, trabalhadora e mulher, me sinto parte frágil desse sistema ouvir esses relatos nos deixa profundamente sensibilizados. Minha inserção no mercado de trabalho, se deu pela via precária, informal, com altas cargas de trabalho, desvio de função, longas jornadas, no entanto, meu contexto social me provocava a desenvolver um projeto de vida a médio e longo prazo. No início da minha graduação, também fui público da política pública do jovem aprendiz e tive acesso a oportunidades diferentes desses jovens.

A trajetória percorrida até aqui, durante esta pesquisa, me convoca a lutar cada dia pela liberdade e igualdade dos jovens e, principalmente, das mulheres. Após o fim da devastadora política da antiga gestão que pregava o horror aos pobres e negros, apologia a misoginia e feminicídio, surge uma luz no fim do túnel de que possa ser criadas novas políticas e para as que já existem, que elas possam ser efetivas e assim, possamos ter novos rumos políticos, econômicos e sociais.

REFERÊNCIAS

- Abílio, L. C. (2020). Uberização e juventude periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos estudos CEBRAP* [online], v. 39, n. 3. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>.
- Abramo, H. W. & Venturi, G. & Corrochano, M. C. (2020). Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. *Novos Estudos CEBRAP* 39 (3). <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030004>
- Abrantes, A. A. & Bulhões, L. (2017). Idade adulta e o desenvolvimento psíquico na sociedade de classes: juventude e trabalho. *Periodização Histórico-Cultural do Desenvolvimento Psíquico: do nascimento à velhice* (pp. 241-265). Campinas: Autores Associados.
- Abreu, I. S. de & dos Santos, M. S. (2021). Asfixia mecânica versus centralidade do trabalho: a pandemia que desmascara a retórica capitalista. *MovimentAção*, 8(14), 176-188.
- Albuquerque, K. A. de & Silva, V. V. A. da (2022). Agravamento das desigualdades presentes nas relações entre juventude e mundo do trabalho durante a pandemia. *Research, Society and Development*, v. 11, n.14. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i14.36279>
- Alves, A. E. S. (2013). *Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família*.
- Andrade, D. P. (2019). O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Sociedade E Estado*, 34(1), 211–239. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010009>
- Antunes, R. (2020). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2020a). *Coronavírus: o trabalho sobre o fogo cruzado*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, recurso digital.
- Antunes, R. (2020b). Qual é o futuro do trabalho na era digital? *Labore*. Ano III, N°4, pp 6-14. <https://doi.org/10.33637/2595-847x.2020-46>.
- Antunes, R. (2020c). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. 1. ed. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2020d). Qual é o futuro do trabalho na era digital? *Labore*. Ano III, N°4, pp 6-14. <https://doi.org/10.33637/2595-847x.2020-46>

- Araújo, I. S. de, & Brandão, V. B. G. (2021). Trabalho e renda no contexto da pandemia de covid-19 no brasil. *Revista Práxis*, 2, 96–111. <https://doi.org/10.25112/rpr.v2i0.2545>
- Araújo, M. R. M. de & Morais, K. R. S. de (2017). Precarização do trabalho e processo de derrocada do trabalhador. *Cad. psicol. soc. trab.*, São Paulo , v. 20, n. 1, p. 1-13. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172017000100001&lng=pt&nrm=iso
- Ávila, M. B. (2009). Vida cotidiana: um desafio teórico e político para o feminismo. *Cadernos de Crítica Feminista*. Ano 3, N. 2. Recife: SOS Corpo: Instituto Feminista para a Democracia.
- Bezerra, A. L. S. & Medeiros, M. G de (2022). O teletrabalho no contexto da pandemia da Covid-19: desafios para o trabalho. *Argumentum*. v. 14, n. 3, p. 67-80. <http://10.0.185.96/argumentum.v14i3.34193>
- Brasil. (2022). O trabalho infantil doméstico no Brasil: análises estatísticas. Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil (FNPETI).
- BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Lei da Aprendizagem.
- BRASIL. 2019. Lei Nº 13.844, de 19 de junho de 2019. Dispõe sobre o fim do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência (MTE).
- Bridi, M. A. (2020). A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. *Estudos Avançados* [online], v. 34, n. 100, pp. 141-165. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.010>.
- Brito, R. D. S. de. (2021). Direito do trabalho na contramão: a precarização como regra. *Revista Katálysis* [online]. 2021, v. 24, n. 1, pp. 220-227. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75270>.
- Candido, G. G. (2021). Precarização do trabalho: a nova cepa da lógica capitalista autofágica. *Lex Humana (ISSN 2175-0947)*, 13(1), 50–74. Recuperado de <http://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/view/2062>
- Carneiro, E.; César, M. da S. & Scherer, G. A. (2022). As juventudes brasileiras e o acesso ao trabalho: uma análise da precarização intensificada na pandemia da Covid-19. *Anais do Seminário Internacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família*. Porto Alegre: EDIPUCRS. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/241649>
- Carvalho, S. S. de & Nogueira, M. O. (2022) trabalho precário e a pandemia: os grupos de risco na economia do trabalho. *Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil*. p. 101-124. Brasília: Ipea.

- Casulo, A.C. & Alves, G.(2018). Precarização do trabalho e saúde mental: o Brasil da Era Neoliberal. Bauru: Projeto Editorial Praxis.
- Cavalcanti, T. M. (2021). Sub-humanos: capitalismo e a metamorfose da escravidão. 1º ed. São Paulo: Boitempo.
- Corseuil, C. H. L. & Franca, M. P. & Poloponsky K. (2020). A inserção de jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. Novos estudos CEBRAP. 39 (3). <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030003>
- Debastiani, L. H. (2023). Uberização e Pandemia: reflexos da Covid-19 na precarização do trabalho em plataformas digitais. Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade. v. 3. <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/article/view/7430>
- Dias, M. F. G. (2022). "O que será, que será?" Precarização, uberização e o futuro do trabalho. Boletim de Conjuntura - BOCA. v. 12. nº35. <https://doi.org/10.5281/zenodo.7317837>
- Diniz, D. da C. M. (2021). Os desafios da juventude: distante da escola e enfrentando o uberismo na cidade no contexto da pandemia do Covid-19. Anais do III Congresso Internacional e V Congresso Nacional de Movimentos Sociais e Educação. v. 1. nº 1. <http://anais.uesb.br/index.php/cicnmse/article/view/9971/0>
- Feffermann, M. & Luz, L. C. X. & Ferreira, M. D. M. (2023). O trabalho de jovens entregadores por aplicativos em tempos de pandemia. CIVITAS, Revista de Ciências Sociais 23. OPEN ACCESSArtigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2023.1.42494>
- Fernandes, A. (2020). Coronel Vírus chegou. Notas etnográficas sobre a Covid-19 entre vulnerabilizados da cidade do Rio de Janeiro. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro) [online], n. 35, pp. 7-34. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.35.02.a>.
- Ferreira, V. R. & Rodrigues, K. N. (2023). Os impactos psicossociais sofridos pelas trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia. Argumenta Jornal. n. 39. p. 287-318. file:///C:/Users/amand/Downloads/2692-11021-1-PB.pdf
- Fundação Getúlio Vargas (FGV). 2023. Diferenças de gênero no mercado de trabalho. <https://blogdoibre.fgv.br/posts/diferencas-de-genero-no-mercado-de-trabalho>

- G1. (2020). Mulher é presa após filho da empregada cair do 9º andar de um edifício no Recife. <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/04/mulher-e-presa-apos-filho-da-empregada-cair-do-9o-andar-de-um-edificio-no-recife.ghtml>
- G1. (2023). Número de trabalhadores domésticos com carteira assinada completa três anos em queda. <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/04/03/numero-de-trabalhadores-domesticos-com-carteira-assinada-completa-tres-anos-seguidos-em-queda.ghtml>
- Gaspar, L (2019). Projovem urbano: a precarização mascarada sob o signo da formação inicial para o trabalho simples. *Trabalho, Educação e Saúde* 17 (1). <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00186>
- Ghiraldelli, R. (2021). Trabalho, reformas ultraliberais, desigualdades e pandemia no Brasil: os sentidos da crise. *Trabalho, Educação e Saúde* [online]. 2021, v. 19. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00326>>. Epub 27 Ago 2021. ISSN 1981-7746.
- Guimarães, N. A. & BRITO, M. M. A. D. & COMIN, A. A. (2020). Trajetórias e transições entre jovens brasileiros: Pode a expansão eludir as desigualdades?. *Novos Estudos CEBRAP*, 39(3), 475–498. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030002>
- Hirata, H. (2009). Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. *Cadernos de Crítica Feminista*. Ano 3, N. 2. Recife: SOS Corpo: Instituto Feminista para a Democracia.
- Hirata, H. Kergoat, D. (2007). *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*.
- Hornhardt, A. M. (2019). Interseccionalidade, consubstancialidade e metáfora do nó: A importância das lentes analíticas para a compreensão da imbricação de gênero, raça e classe. *Anais do Colóquio Marx e o Marxismo 2019: Marxismo sem tabus – enfrentando opressões*.
- IBASE (2023). Pesquisa da FGV aponta aumento da desigualdade social após a pandemia. https://ibase.br/pesquisa-da-fgv-aponta-aumento-da-desigualdade-social-apos-a-pandemia/?gclid=Cj0KCQjwk96lBhDHARIsAEKO4xa2rS60-aauXzXpTOxlXgDkfeLyUmwAKu2AYjsqjX1v6JgxZBH0tqoaAosfEALw_wcB
- IBGE (2021). Com pandemia, 20 estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020>

- IBGE (2023). Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (PNAD contínua): desemprego. Rio de Janeiro.
- Leal, Z. F. de R. G & Mascagna, G. C. (2017). Trabalho, educação e formação omnilateral. *Periodização Histórico-Cultural do Desenvolvimento Psíquico: do nascimento à velhice* (pp. 241-265). Campinas: Autores Associados.
- Leite, K. C. (2020). A (in)esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho. *Psicologia & Sociedade* [online], v. 32 <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240215>.
- Lima, E., & Abreu, K. (2020). Dificuldades de jovens sem vínculo formal de emprego durante a pandemia da covid-19: limites do empreendedorismo em tempos de crise. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 3(9), 56-73. doi: <http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.4009914>
- Lima, L. P. & Lima, F. M. M. de & Tôrres, P. S. C. (2021). Organização política como resistência à precarização do trabalho na pandemia da Covid-19. *Revista De Direito Da Universidade De Brasília*, 5(1), 123–146. <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/32332>
- Lourenço, A. da C. (2020). Precarização do trabalho e reorganização da mão de obra no contexto de pandemia. *Norus* [online], v. 8, n. 14. <https://doi.org/10.15210/norus.v8i14.19989>
- Lovatto, A. (2018). Heleieth Saffioti e o pioneirismo nos estudos do feminismo no Brasil.
- Luz, L. C. X., Feffermann, M., Abramovay, M., Weisheimer, N., Ferreira, M. D'A. M., Cavalcante, F. V., da Silva, A. P., & Lopes, I. C. (2021). Os jovens brasileiros em tempos de covid-19. *Princípios*, 40(160), 177 - 207. <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.160.008>
- Machado, M. S. (2009). Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? Trabalho Remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres. Recife: SOS Corpo.
- Malaguty, S. (2013). Sofrimento pelo trabalho: contribuições a partir da teoria da atividade de A. N. Leontiev para o campo saúde do trabalhador. f.154. Dissertação (mestrado em psicologia) - Universidade Federal do Paraná. <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35026/R%20-%20D%20-%20SARITA%20MALAGUTY.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Marcondes, M. M. (2014). O dia deveria ter 48 horas: práticas sociais do cuidado e demandas das mulheres brasileiras or políticas poublicas para a sua democratização.

- Trabalho Remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres. Recife: SOS Corpo.
- Marques, R. M., Assis, N. P. de & Gomide, U. de S. (2020). Trabalho e educação em tempos de pandemia e crise do capital. *Trabalho & Educação*. V. 29, n. 1, p. 7-13.
- Matos, M. B. (2019). *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. 1º ed. pp. 112-118. São Paulo: Boitempo.
- Mello, S. L. de (2022). A violência urbana e a exclusão dos jovens. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 131-142). Editora Vozes.
- Mendes, K. k. de S. F. & Guimarães, J. de C. (2022). Precarização do trabalho e juventude: uma análise sobre a realidade laboral face à pandemia da Covid-19. *O social em questão*. 53. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/58558/58558.PDF>
- Minayo, M. C. S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017.
- Nascimento, I. P. & Paixão, E. S. de B. (2023). AS juventudes pós-pandemia: traçando rumos e estratégias para o protagonismo juvenil. *Revista Cocar. Edição Especial*. n. 16. p. 1-21. <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6907/2890>
- Navarro, V. L. & Maciel, R. H. & Matos, T. G. R. (2017). A questão do trabalho no Brasil: uma perspectiva histórica a partir do desenvolvimento industrial. *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 25-48). Petrópolis, RJ: Vozes.
- OIT (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO). (2020) *Ilo monitor: Covid-19 and the world of work*. Fourth edition. Updated estimates and analysis. https://www.ilo.org/global/topics/coronavirus/impacts-and-responses/WCMS_745963/lang--en/index.htm
- OIT. (2009) *Trabalho decente e juventude no Brasil*. Brasília: Organização Internacional do Trabalho.
- Oliveira, I. D. (2021). O que aconteceu ao trabalhador em 2,5 anos sem o Ministério do Trabalho? UOL, São Paulo. <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/07/27/mercado-de-trabalho-antes-e-depois-do-fim-do-ministerio-do-trabalho.htm>
- Pedroso, P. R. & Gisi, M. L. (2020). A pandemia – Covid-19 e os impactos na juventude: educação e trabalho. *Revista Práxis*. v. 12, n. 1.
- Pessoa, M. C. B & Alberto, M. F. P. & Lucas, A. P. (2017). *Desenvolvimento Juvenil e*

projetos de vida.

- Pessoa, M. C. B. (2017). Política de formação profissional e contextos sociais: trajetórias e projetos de vida de jovens. Tese (Doutorado). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.
- Praun, L. (2020). A Espiral da Destruição: legado neoliberal, pandemia e precarização do trabalho. *Trabalho, Educação e Saúde* [online], v. 18, n. 3. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00297>.
- Ribeiro, L. S. (2020). Políticas públicas para juventude no Brasil: um estudo do programa Jovem Aprendiz (2005-2018). *Revista Iniciativa Econômica*. v. 4, n.2. <https://periodicos.fclar.unesp.br/iniciativa/article/view/11729/9103>
- Ribeiro, L. S. (2020). Políticas públicas para juventude no Brasil: um estudo do programa Jovem Aprendiz (2005-2018). *Revista Iniciativa Econômica*. v. 4, n.2. <https://periodicos.fclar.unesp.br/iniciativa/article/view/11729/9103>
- Rosa, M. A. G. & Quirino, R. (2017). Trabalho produtivo e trabalho reprodutivo na vida das mulheres: estudo de caso em uma indústria têxtil de Minas Gerais. *Polêmica*. v. 17, n.4. p. 66-80. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/34304/24294>
- Saffioti, H. I. B. (1979). *A mulher na sociedade de classes: mito ou realidade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Saffioti, H. I. B. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.
- Saffioti, H. I. B. (2004). Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. Políticas públicas e igualdade de gênero (pp. 35-42). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).
- Santana, M. A. (2021). Classe trabalhadora, precarização e resistência no Brasil da pandemia. *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, n. 48, v. 19, p. 70 – 91. doi: 10.12957/rep.2021.60293.
- Santos, M. S. dos & Abreu, I. S. de. (2021). Asfixia mecânica versus centralidade do trabalho: a pandemia que desmascara a retórica capitalista. *Revista Movimentação*. v. 8. n° 14. pp. 176-188. <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/14462/8212>
- Santos, C. L. D., & Braga, J. T. D. S. (2021). A crise sanitária e políticas neoliberais no mercado de trabalho: elementos de precarização dos jovens em tempo de pandemia no Brasil e na Espanha. *Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*.

- Scherer, G. A. (2020) Notas sobre juventude, classe social e política. *Argumentum*, 12(1), 22–31. <https://doi.org/10.18315/argumentum.v12i1.30126>
- Silva, J. A. S. da (2022). Se é essencial, por que é precário? Mobilizações, resistência e organização dos entregadores via aplicativos digitais durante a pandemia de Covid-19. *Revista Humanidades e Inovação*. v9. n. 6. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4012>
- Silva, L. I. da C., Morais, E. S. de & Santos, M. S dos. (2020). Covid-19 e população negra: desigualdades acirradas no contexto da pandemia. *Revista Thema*. v.18, p301-318. <https://dx.doi.org/10.15536/thema.V18.Especial.2020.301-318.1814>
- Silva, R. O. da & Silva, C. da & Junior, N. S. A. & Marques, M. F. (2023). As formas e relações de trabalho no contexto da pandemia da Covid-19. *Revista Valore*. v.8. <https://doi.org/10.22408/reva8020231131e-8055>
- Silva, R. S. & Silva, V. R. (2011). Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. *Caderno CRH*, 24 (63), 663-678. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000300013>.
- Silva, S. C. e, Galetto, P. H. & Batista, R. K. (2020). Juventude, mundo do trabalho e vulnerabilidade social: o desemprego juvenil no Brasil como uma expressão da condição de subalternidade da classe trabalhadora. *Emancipação*. v.20 (especial), p. 1-11. <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>
- Tommasi, L. de & Corrochano, M. C. (2020). Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. *Estudos Avançados [online]*, v. 34, n. 99, pp. 353-372. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.021>.
- Trindade, H. (2021). Trabalhadores no contexto de pandemia: o que dizem as notícias? *Revista direitos, trabalho e política social*, 7(12).
- UOL. (2021). Bolsonaro recria Ministério do Trabalho e nomeia Onyx Lorenzoni para pasta. <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/07/28/bolsonaro-recria-ministerio-do-trabalho-e-nomeia-onyx-lorenzoni-para-pasta.htm?cmpid=copiaecola>
- Vieira, D. A. (2021). O autoempreendedorismo informal e a inserção social de jovens pelo trabalho. 177 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Sergipe. <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14360>
- Vieira, G. da S. (2022). O celeiro da tragédia: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador diante da pandemia da Covid-19. *Serviço Social em perspectiva*. v. 6. n 1. <https://doi.org/10.46551/rssp202207>

Yazbek, M. C., Raichelis, R. & Sant'Ana, R. (2020). Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. *Serviço Social & Sociedade* [online], n. 138, pp. 207-213. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.209>.